

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	7
DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	16
DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	17
Demonstração de Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
--------------------------	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva	84
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	87

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	358.849.702
Preferenciais	0
Total	358.849.702
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	100.353	101.269
1.01	Ativo Circulante	3.977	3.810
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	110	111
1.01.03	Contas a Receber	42	12
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	42	12
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.825	3.687
1.02	Ativo Não Circulante	96.376	97.459
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	39.346	39.682
1.02.01.03	Contas a Receber	4.487	4.487
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.487	4.487
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.509	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.509	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	33.350	35.195
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	33.350	35.195
1.02.02	Investimentos	56.775	57.511
1.02.02.01	Participações Societárias	56.775	57.511
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	11.200	11.825
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	45.575	45.686
1.02.03	Imobilizado	254	265
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	254	265
1.02.04	Intangível	1	1
1.02.04.01	Intangíveis	1	1

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	100.353	101.269
2.01	Passivo Circulante	65.441	59.667
2.01.02	Fornecedores	373	371
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	373	371
2.01.03	Obrigações Fiscais	662	583
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	662	583
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	64.273	58.580
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	64.273	58.580
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	35.401	34.674
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	28.872	23.906
2.01.05	Outras Obrigações	133	133
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	32	32
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	32	32
2.01.05.02	Outros	101	101
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	101	101
2.02	Passivo Não Circulante	23.587	23.237
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	625	1.000
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	625	1.000
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	625	1.000
2.02.02	Outras Obrigações	18.527	17.622
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	16.798	15.873
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	16.798	15.873
2.02.02.02	Outros	1.729	1.749
2.02.02.02.03	Impostos Parcelados	1.729	1.749
2.02.03	Tributos Diferidos	0	180
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	180
2.02.04	Provisões	4.435	4.435
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	4.435	4.435
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	4.435	4.435
2.03	Patrimônio Líquido	11.325	18.365
2.03.01	Capital Social Realizado	210.200	210.200
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-255.438	-248.877
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	56.563	57.042

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-3.147	-3.136
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-270	-404
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-209	-388
3.04.02.02	Honorários dos administradores	-61	-16
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.877	-2.732
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-3.147	-3.136
3.06	Resultado Financeiro	-5.582	-34
3.06.01	Receitas Financeiras	436	1.892
3.06.02	Despesas Financeiras	-6.018	-1.926
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-8.729	-3.170
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.689	-253
3.08.02	Diferido	1.689	-253
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.040	-3.423
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-7.040	-3.423
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,0196	-0,0095

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	-7.040	-3.423
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-479	-655
4.02.01	Realização do custo atribuído	-479	-655
4.03	Resultado Abrangente do Período	-7.519	-4.078

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-368	-334
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-293	-426
6.01.01.01	Prejuízo líquido do período	-7.040	-3.423
6.01.01.02	Juros e variações monetárias e cambiais líquidas s/empréstimos	5.286	-121
6.01.01.03	Encargos Financeiros s/empréstimos a coligadas	262	123
6.01.01.04	Depreciações, amortizações e exaustões	11	11
6.01.01.05	Equivalência patrimonial	2.877	2.732
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-1.689	252
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-75	92
6.01.02.01	Impostos a recuperar	-52	-46
6.01.02.02	Outras contas a receber	-31	-53
6.01.02.03	Fornecedores	3	215
6.01.02.04	Impostos, taxas e contribuições	5	-4
6.01.02.05	Provisão de férias e encargos sociais	0	-18
6.01.02.06	Outras contas a pagar	0	-2
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	367	334
6.03.01	Empréstimos com partes relacionadas	367	334
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	111	111
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	110	111

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	210.200	0	0	-248.877	57.042	18.365
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	210.200	0	0	-248.877	57.042	18.365
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.561	-479	-7.040
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.040	0	-7.040
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	479	-479	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	0	479	-479	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	210.200	0	0	-255.438	56.563	11.325

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	210.200	0	0	-230.858	62.751	42.093
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	210.200	0	0	-230.858	62.751	42.093
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.768	-655	-3.423
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.423	0	-3.423
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	655	-655	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	0	655	-655	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	210.200	0	0	-233.626	62.096	38.670

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-122	-231
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-122	-231
7.03	Valor Adicionado Bruto	-122	-231
7.04	Retenções	-11	-11
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-11	-11
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-133	-242
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-2.441	-840
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-2.877	-2.732
7.06.02	Receitas Financeiras	436	1.892
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-2.574	-1.082
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-2.574	-1.082
7.08.01	Pessoal	75	88
7.08.01.01	Remuneração Direta	60	42
7.08.01.02	Benefícios	15	43
7.08.01.03	F.G.T.S.	0	3
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-1.628	310
7.08.02.01	Federais	-1.676	263
7.08.02.03	Municipais	48	47
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.019	1.943
7.08.03.01	Juros	6.019	1.943
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-7.040	-3.423
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-7.040	-3.423

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	705.054	689.142
1.01	Ativo Circulante	297.523	289.442
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	11.371	2.930
1.01.02	Aplicações Financeiras	766	3.428
1.01.03	Contas a Receber	21.317	23.790
1.01.03.01	Clientes	13.935	7.329
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	7.382	16.461
1.01.04	Estoques	30.855	25.064
1.01.06	Tributos a Recuperar	22.076	22.390
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	22.076	22.390
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	211.138	211.840
1.01.08.03	Outros	211.138	211.840
1.01.08.03.01	Bens e direitos a realizar	3.959	3.959
1.01.08.03.03	Bens destinados a venda	206.320	206.398
1.01.08.03.04	Bancos contas vinculadas	859	1.483
1.02	Ativo Não Circulante	407.531	399.700
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	131.274	126.056
1.02.01.03	Contas a Receber	2.788	63
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	2.788	63
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.659	1.736
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	1.659	1.736
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	126.827	124.257
1.02.01.09.03	Impostos a recuperar	976	976
1.02.01.09.04	Bens e direitos a realizar	74.352	72.702
1.02.01.09.05	Depósitos Judiciais	51.499	50.579
1.02.02	Investimentos	117.740	114.429
1.02.02.01	Participações Societárias	117.740	114.429
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	117.740	114.429
1.02.03	Imobilizado	157.691	158.387
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	157.691	158.387
1.02.04	Intangível	826	828
1.02.04.01	Intangíveis	826	828

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	705.054	689.142
2.01	Passivo Circulante	354.462	321.625
2.01.02	Fornecedores	64.292	64.600
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	58.541	58.669
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	5.751	5.931
2.01.03	Obrigações Fiscais	73.603	59.359
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	73.603	59.359
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	191.647	174.670
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	191.647	174.670
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	151.760	138.881
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	39.887	35.789
2.01.05	Outras Obrigações	21.799	19.754
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.095	6.095
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	6.095	6.095
2.01.05.02	Outros	15.704	13.659
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	113	113
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	15.591	13.546
2.01.06	Provisões	3.121	3.242
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.121	3.242
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.121	3.242
2.02	Passivo Não Circulante	336.475	344.681
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	44.156	51.113
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	44.156	51.113
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	44.156	51.113
2.02.02	Outras Obrigações	198.153	198.696
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.685	2.655
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	2.685	2.655
2.02.02.02	Outros	195.468	196.041
2.02.02.02.03	Impostos Parcelados	173.748	174.821
2.02.02.02.04	Outros exigíveis a longo prazo	21.720	21.220
2.02.03	Tributos Diferidos	42.585	44.137
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	42.585	44.137
2.02.04	Provisões	51.581	50.735
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	51.581	50.735
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	51.581	50.735
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	14.117	22.836
2.03.01	Capital Social Realizado	210.200	210.200
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-255.438	-248.877
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	56.563	57.042
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.792	4.471

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	97.043	98.082
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-79.317	-83.457
3.03	Resultado Bruto	17.726	14.625
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.949	-12.212
3.04.01	Despesas com Vendas	-6.342	-6.840
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.319	-8.654
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-6.343	-7.898
3.04.02.02	Honorários dos administradores	-976	-756
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	401	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-954
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.311	4.236
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	7.777	2.413
3.06	Resultado Financeiro	-17.960	-6.856
3.06.01	Receitas Financeiras	4.768	7.357
3.06.02	Despesas Financeiras	-22.728	-14.213
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-10.183	-4.443
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.464	-563
3.08.02	Diferido	1.464	-563
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-8.719	-5.006
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	1.679	1.583
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-7.040	-3.423
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-8.719	-5.006
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	1.679	1.583

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-7.040	-3.423
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-479	-655
4.02.01	Realização do custo atribuído	-479	-655
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-7.519	-4.078
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-5.840	-2.495
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-1.679	-1.583

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	7.703	-3.763
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	5.310	-2.181
6.01.01.01	Prejuízo líquido do período	-7.040	-3.423
6.01.01.02	Juros e variações monetárias e cambiais líquidas s/empréstimos	16.518	3.894
6.01.01.03	Encargos Financeiros s/empréstimos a coligadas	478	337
6.01.01.04	Depreciações, amortizações e exaustões	2.038	2.072
6.01.01.05	Equivalência patrimonial	-3.311	-4.236
6.01.01.06	Juros s/imobilizações	-81	0
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-1.551	563
6.01.01.08	Constituição (reversão) da provisão para contingências	264	0
6.01.01.09	(Reversão) constituição de provisão para devedores duvidosos	-410	195
6.01.01.10	Outras receitas e despesas operacionais	84	0
6.01.01.11	Participação dos acionistas não controladores	-1.679	-1.583
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.393	-1.582
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-6.196	-8.709
6.01.02.02	Estoques	-5.791	-4.021
6.01.02.03	Impostos a recuperar	399	-764
6.01.02.04	Outras contas a receber	5.353	-1.045
6.01.02.05	Fornecedores	-985	8.191
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições	5.912	3.439
6.01.02.07	Provisão de férias e encargos sociais	953	-202
6.01.02.08	Outras contas a pagar	2.748	1.529
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.918	-2.411
6.02.01	Aumento (Redução) em Bens e Direitos	-1.659	-1.623
6.02.02	Imobilizado	-1.259	-788
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	817	6.643
6.03.01	Financiamentos com partes relacionadas	-1.386	699
6.03.02	Captações de empréstimos e financiamentos	20.615	13.221

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.03.03	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-19.035	-24.917
6.03.04	Bancos - contas vinculadas	623	17.640
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	5.602	469
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.358	7.098
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	11.960	7.567

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	210.200	0	0	-248.877	57.042	18.365	4.471	22.836
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	210.200	0	0	-248.877	57.042	18.365	4.471	22.836
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-6.561	-479	-7.040	-1.679	-8.719
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.040	0	-7.040	-1.679	-8.719
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	479	-479	0	0	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	0	479	-479	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	210.200	0	0	-255.438	56.563	11.325	2.792	14.117

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	210.200	0	0	-230.858	62.751	42.093	10.664	52.757
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	210.200	0	0	-230.858	62.751	42.093	10.664	52.757
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-2.768	-655	-3.423	-1.583	-5.006
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-3.423	0	-3.423	-1.583	-5.006
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	655	-655	0	0	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	0	655	-655	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	210.200	0	0	-233.626	62.096	38.670	9.081	47.751

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	124.928	125.280
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	125.338	125.474
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-410	-194
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-89.161	-97.998
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-77.565	-83.065
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.596	-14.933
7.03	Valor Adicionado Bruto	35.767	27.282
7.04	Retenções	-2.038	-1.725
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.038	-1.725
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	33.729	25.557
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.235	11.798
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.311	4.236
7.06.02	Receitas Financeiras	4.768	7.357
7.06.03	Outros	156	205
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	41.964	37.355
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	41.964	37.355
7.08.01	Pessoal	8.375	8.943
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.609	7.927
7.08.01.02	Benefícios	614	638
7.08.01.03	F.G.T.S.	152	378
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	18.366	17.509
7.08.02.01	Federais	11.861	12.836
7.08.02.02	Estaduais	6.195	4.532
7.08.02.03	Municipais	310	141
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	23.942	15.909
7.08.03.01	Juros	23.315	15.392
7.08.03.02	Aluguéis	135	112
7.08.03.03	Outras	492	405
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-8.719	-5.006
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-7.040	-3.423
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-1.679	-1.583

Comentário do Desempenho

GPC Química S.A.

1º trimestre de 2015.

Receita Líquida: A receita líquida do 1º Trimestre de 2015 atingiu R\$ 68.192 mil, 3,8% acima do valor registrado no 1º Trimestre de 2014, que foi de R\$ 65.718 mil. O volume de vendas alcançou 59.919 t, superando em 8,3% o volume do mesmo período do ano anterior. Já o preço médio líquido de vendas apresentou queda de 4,2% com impacto do aumento do volume de serviço de industrialização em particulados e da queda de 9,7% no preço médio de compensados.

Margem Bruta: O lucro bruto no trimestre apresentou uma elevação de 42,5% frente ao mesmo período do ano anterior, alcançando R\$ 12.940 mil, contra R\$ 9.082 mil de 2014, devido a melhora na rentabilidade dos produtos vendidos.

Despesas Operacionais Líquidas: A queda das despesas comerciais, gerais e administrativas de 14,9%, de R\$ 7.591 mil para R\$ 6.464 mil, teve como principal influência despesas relacionadas à recuperação judicial que ocorreram apenas em 2014.

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas apresentaram ganho de R\$ 1.556 mil frente ao número do ano anterior. Este número é reflexo da redução de gastos com plantas operacionais paradas e despesas não-recorrentes de 2014.

EBITDA: O EBITDA do 1º trimestre de 2015 atingiu R\$ 9.801 mil contra R\$ 3.303 mil no mesmo período do ano anterior, crescimento de 196,73 % e um aumento de R\$ 6.498 mil. A diferença decorre do aumento da rentabilidade das vendas e da redução das despesas operacionais líquidas.

Resultado Financeiro Líquido: O resultado financeiro líquido atingiu R\$ 6.537 mil negativos no trimestre contra R\$ 3.371 mil negativos do mesmo trimestre do ano anterior. Os principais impactos foram o aumento nos juros sobre impostos e contribuições e dos juros sobre cessão de crédito.

Resultado Líquido Societário: O prejuízo da empresa no período foi reduzido de R\$ 2.449 mil em 2014 para R\$ 223 mil em 2015. O ganho operacional da empresa mais que compensou a piora do resultado financeiro líquido.

Comentário do Desempenho

Apolo Tubos e Equipamentos S.A.

1º trimestre de 2015.

Receita Líquida: A receita líquida do 1º trimestre de 2015, de R\$ 28.851 mil, apresentou uma retração de 10,9% em comparação a igual período do ano anterior, quando a mesma havia sido de R\$ 32.364 mil. A queda de 7,1% do volume de vendas, que no 1º trimestre de 2015 atingiu a marca de 9.556 t, contra 10.287 t em igual período no ano anterior, sendo o principal fator desta retração.

Margem Bruta: Em consonância com a receita líquida, a margem bruta apresentou queda de 13,6% no 1º trimestre de 2015. Ao passo que no exercício vigente o lucro bruto auferido foi de R\$ 4.787 mil, no ano anterior o resultado havia sido de R\$ 5.543 mil para o mesmo período. Tal fato também foi decorrente da queda no volume de vendas.

Despesas Operacionais Líquidas: As despesas comerciais, gerais e administrativas somadas às outras receitas (despesas) operacionais líquidas no 1º trimestre de 2015 apresentaram retração de 5,3%. O volume dispendido, que no 1º trimestre de 2014 foi de R\$ 7.419 mil, recuou para R\$ 7.029 mil em igual período este ano. A diminuição foi ocasionada pela redução de despesas com pessoal e com serviços de terceiros.

EBITDA: Apesar da diminuição das despesas operacionais líquidas, a queda verificada no volume de vendas ocasionou uma retração de 19,4% do EBITDA apurado no 1º trimestre de 2015, comparado ao mesmo período do ano anterior. Enquanto o indicador foi de - R\$ 1.392 mil no 1º trimestre de 2014, o resultado equivalente para o mesmo período de 2015 foi de - R\$ 1.663 mil.

Resultado Financeiro Líquido: O resultado financeiro líquido piorou 69%, saindo de – R\$ 3.451 mil no 1º trimestre de 2014, para – R\$ 5.841 mil no 1º trimestre de 2015, principalmente pela desvalorização cambial do real e pelo aumento da taxa Selic / CDI que incidem em determinados empréstimos da Companhia.

Equivalência Patrimonial: O resultado com equivalência patrimonial teve melhora de 89,8%, passando de R\$ 2.269 mil no 1º trimestre de 2014 para R\$ 4.308 mil no mesmo período do ano de 2015, em consequência do desempenho da Apollo Tubulars S.A.

Resultado Líquido Societário: O prejuízo líquido societário da empresa no 1º trimestre de 2015 apresentou um aumento de 23,0% em comparação a igual período do ano anterior. A Companhia apresentou resultado final de – R\$ 3.808 mil nos três primeiros meses de 2015, contra um valor de – R\$ 3.097 mil verificado no 1º trimestre de 2014. A piora do resultado societário provém da queda do resultado operacional, ocasionada pela diminuição do volume de vendas e da piora do resultado financeiro.

Notas Explicativas

Período findo em 31 de março de 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais sobre o Grupo

A GPC Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 1º de outubro de 1997, com sede à Rua do Passeio, 70/13º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ. A Companhia tem por objeto social participar de outras sociedades como sócia ou acionista, cujas principais participações societárias em investidas são atualmente as seguintes:

- GPC Química S.A. ("GPC Química") – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como objetivo principal a produção de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída (madeira aglomerada/compensada e MDF) e a fabricação de formol, suas unidades em operação estão localizadas em Araucária/PR e Uberaba/MG. A unidade de Gravataí/RS encontra-se em processo de desmobilização para posterior transferência para o site de Araucária/PR tendo em vista a crescente demanda nesta região, onde são produzidas, também, resinas alquídicas, insumo básico para indústria de tintas. A unidade industrial situada no Rio de Janeiro/RJ destinada à produção de metanol e de dimetiléter (DME), que em virtude da inexistência de uma política de gás natural, principal matéria-prima para produção do metanol, e pelos constantes aumentos de preço, foi descontinuada em setembro/2013, passando a empresa a utilizar o metanol adquirido de terceiros.

- Apolo Tubos e Equipamentos S.A. ("Apolo Tubos") – sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo é a exploração da indústria do aço em todas as suas modalidades, em especial a fabricação de tubos para os mercados de construção civil e automobilístico, além de participação em outras sociedades, como sócia ou acionista.

- Apolo Tubulars S.A. – sociedade anônima de capital fechado, com o controle acionário compartilhado entre Apolo Tubos e US Steel Corporation, tem o objetivo de produzir tubos de aço especiais para atender principalmente o seguimento de petróleo e gás, visando, também, fornecimento ao mercado norte-americano.

- Metanor S.A. - Metanol do Nordeste ("Metanor") – sociedade anônima de capital aberto, com sede em Camaçari/BA, foi fundada em 1969 e em 1976 iniciou produção de metanol nesta localidade. A Metanor é controlada de forma compartilhada pela Petrobras e a Companhia, ambas com metade das ações ordinárias, atualmente atua apenas como empresa holding.

- Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste – sociedade anônima de capital fechado, com sede em Camaçari/BA, controlada pela Metanor, foi

Notas Explicativas

estabelecida em 1979 e atua na produção de metanol e seus derivados, especialmente, formaldeído e hexametilenotetramina.

Visando proteger o valor dos ativos, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores e, principalmente, à manutenção da atividade econômica e do seu valor de mercado, a Controladora GPC Participações em conjunto com suas Controladas GPC Química e Apolo Tubos ingressou, em abril de 2013, com pedido de recuperação judicial, deferido em 27 de maio de 2013.

Em julho de 2013 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial, que abrange a estratégia a ser tomada pela Companhia, demonstrando, dentro outros aspectos, a viabilidade econômica do referido Plano, discriminando os meios de recuperação a serem utilizados. A Recuperação envolverá a alienação de parte dos ativos revertendo-se o valor apurado com a venda do terreno de Benfica da GPC Química para liquidação de todas as dívidas concursais das Recuperandas e de outros ativos cujos recursos serão revertidos para recomposição do fluxo de caixa das empresas, reforçando seu capital de giro e viabilizando novos investimentos.

Em 11 de dezembro de 2013, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro declarou aprovado e homologou o Plano de Recuperação Judicial e seu aditivo, apresentados de forma consolidada pela Companhia e suas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. ("Recuperandas") nos autos do respectivo processo judicial (processo nº 0116330-24.2013.8.19.0001, em trâmite no referido Juízo), e concedeu a Recuperação Judicial das Recuperandas, publicada em 07 de janeiro de 2014.

Adicionalmente a essas ações, é oportuno destacar que a Companhia adotou uma política de redução de custos por meio da simplificação e junção das estruturas administrativas das suas principais investidas, além de ter celebrado contratos de médio e longo prazos que reforçam a perenidade das suas atividades operacionais e indicam perspectivas de receitas futuras.

Notas Explicativas

2. Resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de preparação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações contábeis intermediárias.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações contábeis intermediárias em 6 de maio de 2015.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social em 31 de dezembro de 2014.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2014. Consequentemente, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais divulgadas à CVM em 2 de março de 2015. Segue abaixo a relação das notas explicativas nessa situação:

Número da NE em 31/12/2014	Título da Nota Explicativa	Justificativa
2.3	Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)	(a)
2.12	Outras contas a receber	(a)
2.15	Capitalização de juros	(a)
2.17	Fornecedores e outras contas a pagar	(a)
2.22	Prejuízo por ação	(a)
24	Benefícios a empregados - pós emprego	(b)
26	Cobertura de seguros	(b)

(a) Nota explicativa idêntica a divulgada nas demonstrações contábeis anuais em 31 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas

- (b) Não houve alteração no contexto da nota explicativa, sendo as variações dos valores referentes ao período findo em 31 de março de 2015, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, considerados imateriais pela Administração da Companhia.

2.2. Base de mensuração

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Instrumentos financeiros – mensurados a valor justo por meio do resultado;
- Reconhecimento de receita;
- Contingências;
- Investimentos;

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as IFRS adotadas requer o uso de certas estimativas críticas. Este fato também exige que a Administração da Companhia exerça uma maior capacidade de julgamento na aplicação das políticas contábeis do Grupo.

Como o julgamento da Administração envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. Na preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou algumas variáveis e premissas derivadas de sua experiência histórica, dentre outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Os resultados poderiam ser distintos dos estimados sobre premissas, variáveis ou condições diferentes, mas as áreas onde julgamentos e estimativas significativos foram feitos na preparação de tais demonstrações contábeis e seus efeitos referem-se a:

- Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (Nota 5);
- Provisão para contingências (Nota 15);
- Provisão para perdas em estoques (Nota 6); e

No entendimento da administração da Companhia, os assuntos acima não apresentam risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

2.3. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2014. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destas novas normas e interpretações.

Notas Explicativas

2.3.1. Novas normas, interpretações e alterações efetivas a partir de 1º de janeiro de 2014

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB e possuem adoção inicial em 01 de janeiro de 2014:

- IAS 32 – Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros.
- IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - "Entidades de Investimento".
- IFRIC 21 - "Impostos".
- IAS 36 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos".
- IAS 39 - "Mudanças em Derivativos e Continuidade da Contabilidade de Hedge".
- IAS 19 - "Benefícios a empregados".

Das novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC mencionadas acima, a administração da Companhia entende que não trará efeitos relevantes aplicáveis.

2.3.2. Normas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor.

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não foram editadas pelo CPC:

IAS 1 – “Apresentação das demonstrações financeiras” – em 18 de dezembro de 2014, o IASB publicou “Iniciativa de Divulgação” (Alterações ao IAS 1). As alterações visam esclarecer o IAS 1 e direcionar os impedimentos percebidos sobre o julgamento para a preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016, com aplicação antecipadas permitida. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 9 – Instrumentos financeiros – em julho de 2014, o IASB emitiu versão final da norma IFRS 9, a qual tem o objetivo de substituir a norma IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração. Estas alterações endereçam algumas questões sobre a aplicação da norma e introduzem o conceito de “valor justo contra os resultados abrangentes” para a mensuração de alguns tipos de instrumentos de dívida. Adicionalmente, o IASB incluiu na norma IFRS 9 requerimentos de reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade de ativos relacionadas ao registro de perdas esperadas com créditos sobre os ativos financeiros e compromissos de renegociação destes créditos. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01/01/2018. A Companhia está avaliando os impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 14 – Contas de diferimento regulatório, em janeiro de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 14, a qual tem o objetivo específico de regular o

Notas Explicativas

reconhecimento de ativos e passivos regulatórios quando da primeira adoção das normas IFRS. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 11 – “Acordos de compartilhamento”, em maio de 2014, o IASB emitiu uma revisão da norma IFRS 11. A Alteração da norma IFRS 11 aborda critérios relacionados ao tratamento contábil para aquisições de participações em acordos de compartilhamento que constituam um negócio de acordo com os conceitos constantes no IFRS 3. Esta alteração na norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas demonstrações contábeis.

IAS 16 e IAS 38 – “Esclarecimentos sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização”, em maio de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 e IAS 38. Esta revisão tem o objetivo de esclarecer sobre métodos de depreciação e amortização, observando o alinhamento ao conceito de benefícios econômicos futuros esperados pela utilização do ativo durante sua vida útil econômica. Esta alteração na norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma revisada em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 15 – “Receitas de contratos com clientes”, em maio de 2014, o IASB emitiu a norma IFRS 15. A norma substitui a IAS 18 – “Receitas” e a IAS 11 – “Contratos de construção” e uma série de interpretações relacionadas a receitas. Esta norma é efetiva para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2017. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IAS 16 e IAS 41 – em julho de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IAS 16 – Ativo Imobilizado e IAS 41 – Ativo Biológico, para incluir ativos biológicos que atendam a definição de “Bearer plants” (definidos como “plantas vivas” que são usadas na produção de produtos agrícolas), essa alteração requer que os “Bearer plants” sejam registrados como ativo imobilizado de acordo com o IAS 16, registrando a custo histórico ao invés de serem mensurados ao valor justo conforme é requerido pelo IAS 41. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

- IAS 27 – “Demonstrações separadas”, em 12 de agosto de 2014, o IASB emitiu revisão da norma IAS 27, permitirá o método de equivalência patrimonial para contabilizar os investimentos em subsidiárias, joint ventures e associadas em suas demonstrações contábeis separadas. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia não espera ter impactos da adoção desta norma em suas demonstrações contábeis.

- IFRS 10 e IAS 28 – em 11 de setembro de 2014, o IASB emitiu revisão das normas IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 – Investimento em Coligada, em Controladas e em Empreendimento Controlado em

Notas Explicativas

Conjunto, essas alterações têm como consequência a inconsistência reconhecida entre as exigências da IFRS 10 e aqueles na IAS 28, para lidar com a venda ou a entrada de ativos de um investidor, coligada ou empreendimento controlado em conjunto. A principal consequência das alterações é que o ganho ou perda é reconhecido quando uma transação envolve um negócio (se ele está instalado em uma subsidiária ou não). Um ganho ou perda parcial é reconhecido quando uma transação envolve ativos que não constituam um negócio, mesmo que esses ativos estejam alocados em uma subsidiária. Esta norma é efetiva para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de julho de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

- Melhoria anual das IFRS de setembro de 2014 - em setembro de 2014, o IASB emitiu uma revisão das normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas normas são efetivas para os períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2016. A Companhia está avaliando o impacto da adoção destas alterações em suas demonstrações contábeis.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos ou revisões equivalentes às IFRS/IAS acima citadas. A adoção antecipada destes pronunciamentos está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia não estimou a extensão do impacto destas novas normas nas demonstrações contábeis.

2.4. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis.

2.4.1. Controladas

Controladas são todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

Transações *intercompany*, saldos e ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Perdas não realizadas também são eliminadas a não ser que a transação possua evidências de perda de valor (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas foram modificadas onde necessário para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Notas Explicativas

2.4.2. Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

2.4.2. Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (joint operations) ou empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) dependendo dos direitos e obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo, e o montante acrescido ou reduzido da sua participação no resultado da coligada após a data de aquisição.

As Empresas controladas e coligadas, direta ou indiretamente, e o percentual de participação da controladora compreendem:

	% Participação direta		Participação indireta					
	GPC		GPC Química S.A.		Apolo Tubos e Equipamentos S.A.		Metanor S.A.	
	Participações S.A.						Metanol do Nordeste	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Controladas diretas								
Incluídas na consolidação								
GPC Química S.A.	90,72	90,72	-	-	-	-	-	-
Apolo Tubos e Equipamentos S.A.	56,21	56,21	-	-	-	-	-	-
Não incluídas na consolidação								
Metanor S.A. - Metanol do Nordeste	28,44	28,44	16,76	16,76	-	-	-	-
Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste	0,01	0,01	0,25	0,25	-	-	-	-
Coligadas								
Apolo Tubulars S.A.	-	-	-	-	50,00	50,00	-	-
Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste	-	-	-	-	-	-	44,49	44,49

Notas Explicativas

2.5. Apresentação de informação por segmento

De acordo com o IFRS 8/CPC 22 - Informações por segmento - O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho por segmento operacional e pela tomada de decisões estratégicas, estando de acordo com o modelo de organização vigente.

2.6. Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e de cada uma das empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam ("moeda funcional").

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.8. Instrumentos financeiros

2.8.1. Categorias

A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Sociedade são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras, sendo as variações reconhecidas no resultado. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Notas Explicativas

No caso da Companhia, nessa categoria estão incluídos unicamente os Instrumentos financeiros derivativos. Os saldos dos instrumentos derivativos não liquidados são mensurados ao valor justo na data das demonstrações financeiras e classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo amortizado pelo método de taxa de juros efetiva, menos perdas por redução do valor recuperável. A Companhia não possui investimentos mantidos até o vencimento durante os períodos findos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014.

Controladora						
31/03/2015			31/12/2014			
Ativos Financeiros	A valor justo por			A valor justo por		
	Recebíveis	meio do	Total	Recebíveis	meio do	Total
		resultado			resultado	
Caixa e Equiv de caixa e Apl. Financeira	110	-	110	111	-	111
Saldos a receber de partes relacionadas	33.350	-	33.350	35.195	-	35.195
	33.460	-	33.460	35.306	-	35.306

Consolidado						
31/03/2015			31/12/2014			
Ativos Financeiros	A valor justo por			A valor justo por		
	Recebíveis	meio do	Total	Recebíveis	meio do	Total
		resultado			resultado	
Caixa e Equiv de caixa e Apl. Financeira	11.960	-	11.960	3.504	-	3.504
Contas a receber	13.935	-	13.935	7.329	-	7.329
Bens e Direitos creditórios (Nota 8)	78.311	-	78.311	76.661	-	76.661
Saldos a receber de partes relacionadas	1.659	-	1.659	1.736	-	1.736
	105.865	-	105.865	89.230	-	89.230

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 compreendem contas a receber de clientes (nota explicativa nº 5).

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Notas Explicativas

Passivos Financeiros	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Fornecedores	373	371	64.292	64.600
Empréstimos e Financiamentos	64.898	59.580	235.803	225.783
Contas a pagar e parte relacionadas	16.830	15.905	24.371	22.296
	<u>82.101</u>	<u>75.856</u>	<u>324.466</u>	<u>312.679</u>

Outros passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, no caso da Companhia, compreendem empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) e saldos a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros.

2.8.2. Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis e ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são registrados na demonstração do resultado. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como "Disponíveis para venda", quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica "Outros resultados abrangentes", no resultado abrangente e no patrimônio líquido, até o momento da liquidação do ativo financeiro, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado do exercício.

2.8.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas Explicativas

2.8.4. Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, e/ou, quando transferir os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos.

2.8.5. Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e por suas controladas, resumem-se em “opções flexíveis”, que visam exclusivamente à proteção contra riscos de taxas associados a posições no balanço patrimonial, além dos fluxos de caixa dos aportes de capital nas controladas projetados em moedas estrangeiras.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício.

O valor justo do instrumento financeiro derivativo é calculado pela tesouraria da Sociedade com base nas informações da operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxas de juros e índice da Bovespa. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

2.8.6. Método de juros efetivos

É utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

A receita é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas

2.9. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decurso normal das atividades da Companhia.

Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Companhia), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas estimadas das contas a receber (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária.

2.10. Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa – PECLD

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa do contas a receber são calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

As despesas com a constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa são registradas na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado individual e consolidado. Quando não existe expectativa de recuperação destes créditos, os valores creditados na rubrica "Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa" são revertidos contra a perda constituída.

2.11. Estoques

De acordo com o IAS 2/CPC 16 R1 - Estoques, os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da venda ou perecimento.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

Notas Explicativas

2.12. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “impairment”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

<u>Descrição</u>	<u>Taxa anual de depreciação %</u>
Terrenos	
Imóveis	2 a 8
Máquinas/instalações industriais	5 a 10
Móveis e utensílios	10
Veículos	20
Computadores e periféricos	20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

2.14. Ativos intangíveis com vida útil indefinida

Não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.15. Avaliação do valor recuperável dos ativos

O valor contábil líquido dos ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, se houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação embases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.16. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Sociedade e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 15.

2.18. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

Notas Explicativas

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.19. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Apuração do resultado básico por ação	31/03/2015	31/03/2014
Numerador		
Prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia	(7.040)	(3.423)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	358.849.702	358.849.702
Resultado básico por ação	(0,0196)	(0,0095)

2.20. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

Notas Explicativas

(a) Venda de produtos - mercado de reposição

A Companhia, através de suas controladas diretas, indiretas e suas coligadas fabrica e vende uma variedade de tubos de aço especiais e produz e vende metanol e seus derivados ao mercado doméstico.

As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente, o qual não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos, momento em que os riscos significativos e benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

3. Gestão de risco financeiro

3.1. Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pelo Comitê de Tesouraria e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, em relação a essas políticas é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Tesouraria da Companhia e posteriormente submetida à apreciação do Conselho de Administração.

A gestão de riscos é realizada pela Tesouraria Central da Companhia, que tem também a função de aprovar todas as operações de aplicações e empréstimos realizadas pelas controladas da Sociedade.

3.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de preço, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A alta administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

Notas Explicativas

(a) Risco de mercado

A Companhia e as controladas estão expostas a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios. Esses riscos de mercado envolvem principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

(i) Risco cambial

O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado.

Em 31 de março de 2015, a Companhia possuía uma exposição cambial líquida decorrente da diferença de financiamentos, contas a pagar e contas a receber, denominados em euros e dólar, nos montantes de R\$(4.934), não existindo nenhum instrumento de proteção cambial.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo.

Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa.

Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Considerando que parte substancial dos empréstimos da Companhia está atrelada a taxas prefixadas, a administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes como montadoras e o mercado de reposição.

Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Notas Explicativas

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, além da provisão já constituída (Nota explicativa nº 6).

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Companhia.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de março de 2015, a Companhia mantinha fundos de curto prazo investidos de R\$ 177 (2014 - R\$ 2.854) que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Consolidado						
31/03/2015						
	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	64.256	-	-	23	13	64.292
Empréstimos e financiamentos	145.073	33.394	34.682	22.654	-	235.803
Total	209.329	33.394	34.682	22.677	13	300.095

3.3. Gestão de capital

A Companhia apresenta a seguir as informações suplementares sobre seus instrumentos financeiros, as quais são requeridas pela Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à requerida pelas IFRSs e pelas práticas contábeis adotadas no

Notas Explicativas

Brasil. Na elaboração dessa análise de sensibilidade suplementar, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM nº 475/08:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, que são os mesmos divulgados na nota explicativa nº3.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Abaixo está demonstrada a análise de sensibilidade relativa à variação do dólar americano em relação ao real sobre os saldos de empréstimos denominados nesta moeda. Para o cenário I foi considerada a cotação de R\$2,00 por US\$1,00 como a mais provável para 31 de dezembro de 2014. Para o cenário II, considerou-se a curva do dólar divulgada pela BM&F de Chicago Board of Trade para 31 de março de 2015.

Contrapartes	Dívida em dólares americanos	Dívida em reais em 31 de março de 2015	Cenário I - Expectativa	Cenário II - Dólar Futuro - BM&F
Moeda estrangeira	3.434	11.015	6.867	6.078
IFC	9.000	28.872	18.000	15.930
	12.434	39.887	24.867	22.008
Efeito no resultado			15.020	17.880
Taxas utilizadas		3,21	2,00	1,77

Administração estimou um cenário provável de variação da taxa CDI e TJLP. As taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. A tabela abaixo apresenta um resumo dos cenários estimados pela Administração levando-se em consideração, além da taxa e dos indicadores, a taxa média ponderada de juros incidentes sobre os contratos:

Posição 31/03/2015	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
	TJLP % a.a	CDI % a.a	TJLP % a.a	CDI % a.a	TJLP % a.a	CDI % a.a
	6,00	11,60	7,500	14,498	9,000	17,397
	Operação	Risco	Provável	Possível	Remoto	
195.915	Emp. e Financiamentos	Alta da TJLP	195.915	244.894	293.873	
39.887	Emp. e Financiamentos	Alta do CDI	39.887	49.859	59.831	

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de

Notas Explicativas

salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Empréstimos e Financiamentos	64.898	59.580	235.803	225.783
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	177	2.854
Caixa e Equivalentes de Caixa	110	111	11.960	3.504
Dívida Líquida	64.788	59.691	223.666	232.141
Patrimônio Líquido	11.325	18.365	14.117	22.836
Índice de Alavancagem Financeira	0,17480	0,30767	0,06312	0,09837

3.4. Estimativa do valor justo

Os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo nas datas dos balanços conforme determinado pelo CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e de acordo com a seguinte hierarquia:

- Nível 1: Avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa de Mercadorias e Valores, um corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e aqueles preços representam transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2: Utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no Nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3: Avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a mensuração da totalidade dos derivativos da Companhia e de suas controladas corresponde às características do Nível 2. O valor justo dos derivativos de câmbio ("swap" e "forwards") é determinado com base nas taxas de câmbio futuras nas datas dos balanços, como valor resultante descontado ao valor presente.

Valores justos de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado

Aplicações financeiras

Os valores contábeis das aplicações financeiras aproximam-se dos seus valores justos em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos aproximam-se dos seus valores justos, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em virtude de a TJLP ter correlação com o CDI e ser uma taxa pós-fixada.

Os valores justos dos empréstimos e financiamentos contratados com juros prefixados correspondem a valores próximos aos saldos contábeis divulgados na nota explicativa nº 14.

Contas a receber e fornecedores

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e das contas a pagar aos fornecedores estejam próximos de seus valores justos de mercado, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

As Sociedades não mantêm nenhuma garantia para os títulos em atraso.

Provisão para aquisição de participação de não controladores

O valor da estimativa do compromisso de aquisição da participação de não controladores, mensurada ao valor justo na data da aquisição, é remensurado e suas modificações subsequentes são reconhecidas no resultado do exercício.

Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

Notas Explicativas

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. A Companhia revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando-se o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

b) Provisões para riscos processuais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos como descrito na nota explicativa nº 15. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

A mensuração a valor justo dos Instrumentos Financeiros é feita recorrentemente, conforme requerida pelo IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração da Companhia com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Caixa e Bancos				
Caixa	2	3	25	37
Banco do Brasil	-	-	1.370	6
Banco Bradesco S/A	-	-	7	12
Banco Itau S/A	-	-	3.647	1.257
Banco Fibra	-	-	15	15
Banco Daycoval S/A	-	-	4.665	17
Banco BBM S/A	-	-	11	273
Banco Cruzeiro do Sul	-	-	-	2
Caixa Econômica Federal	-	-	-	5
Banco Prosper (a)	-	-	13	13
Banco Indusval	-	-	-	-
Bicbanco S/A	-	-	195	101
Banco Safra S/A	-	-	179	275
Banco Santander	-	-	6	6
Banco Panamericano S/A	-	-	3	-
Banco HSBC	-	-	107	107
Nova SRM Admin Recursos Finanças S/A	-	-	-	452
Lecca CFI S/A	-	-	437	-
Grupo Sifra	-	-	227	-
Outros	108	108	464	354
Total de Caixa e Equivalentes de caixa	110	111	11.371	2.930

4.1 Aplicações Financeiras

	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Banco BBM	565	550
Caixa Economica Federal	14	14
Banrisul	10	10
Total Aplicações Financeiras	589	574

4.2 Bancos Contas Vinculadas

Com o pedido de recuperação judicial pleiteado pelas controladas GPC Química S/A e Apolo Tubos algumas instituições financeiras não disponibilizaram os recursos registrados nestas contas bancárias, recursos estes provenientes da liquidação de títulos em cobrança que estavam registrados nestas instituições. Tanto a GPC Química quanto a Apolo Tubos solicitaram em seu pedido de recuperação judicial a liberação destes recursos, que em 31 de março de 2015 estavam composto da seguinte forma:

Notas Explicativas

	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Banco Indusval	22	22
Banco InterCap	111	111
Bic Banco	3	228
Banco Panamericano	108	506
Banco Prosper	593	593
Banco Safra	22	23
	859	1.483

4.3 Outros Ativos Financeiros

	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Instrumento financeiro ao valor justo por meio de resultado		
Ativos Financeiros não derivativos mantidos para negociação	177	2.854
	177	2.854

A operação se configura em uma aplicação em renda fixa com retorno em CDI estruturada com opções sobre índice Bovespa, call e put com barreira, e swap de taxa fixa para CDI.

Notas Explicativas

5. Contas a receber - clientes

O saldo de Contas a Receber está apresentado a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Cientes no exterior	2.649	2.313
Cientes no país	69.390	59.480
Outras Contas a Receber	-	3.230
Factoring's	(51.691)	(51.761)
Banco Daycoval	(13.768)	(10.014)
Lecca SFI S/A	(2.303)	(541)
Redfactor Factoring S/A	(10.410)	(15.639)
Kobold Fundo Investimento	(64)	(1.865)
Nova SRM Admin. Rec e Finanças S/A	-	(689)
SMR Asset	-	(240)
Hope Fomento Mercantil	(3.154)	(1.497)
FIDC - Fundo Invest Direito Creditorio	(3.293)	(4.391)
Banco Athena	(10.871)	(10.325)
Valor	(2.608)	(2.265)
Grupo Sifra	(3.321)	(3.793)
LS Interbank	(1.899)	(502)
Ajuste a valor presente	(216)	(146)
PECLD	(6.197)	(5.787)
	13.935	7.329

O saldo de Contas a Receber por vencimento está disposto assim:

	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
A vencer	13.184	6.324
Vencidas 1 a 30 dias	147	666
Vencidas 31 a 60 dias	186	352
Vencidas 61 a 90 dias	268	157
Vencidas a mais de 90 dias	6.347	5.617
	20.132	13.116
Provisão para devedores duvidosos	(6.197)	(5.787)
	13.935	7.329

As Controladas GPC Química S/A e Apolo Tubos e Equipamentos S/A efetuam operações com cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes das duplicatas emitidas em razão das vendas dos produtos produzidos, conforme quadro acima.

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa do contas a receber são

Notas Explicativas

calculadas com base na análise do "aging list", provisionando os itens de longa data, mas também considerando as perdas avaliadas como prováveis, cujo montante é considerado pela Administração da Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, com base nos históricos de perdas.

Movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa:

Saldo em 31/12/2014	5.787
(+) Complemento de PCLD	410
(-) Baixas ocorridas	-
Saldo em 31/03/2015	6.197

6. Estoques

	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Matérias-primas e embalagens (a)	8.882	6.728
Produtos em elaboração	2.011	1.943
Produtos acabados (b)	4.964	5.967
Almoxarifado de manutenção e reposição (c)	3.034	2.982
Importações em andamento	7.091	2.716
Estoque próprio em poder de terceiros	2.942	3.039
Estoque de terceiros (d)	3.606	3.031
Catalisadores	318	310
Outros estoques	826	1.166
(-) Provisão p/perdas (e)	(2.818)	(2.818)
	30.855	25.064

(a) As principais matérias-primas são: metanol, melamina e fenol na Controlada GPC Química e bobinas de aço na Controlada Apolo Tubos;

Notas Explicativas

- (b) Os principais produtos acabados são compostos por metanol, residuo ATS (resina fenólica alcalina) e RUF para MDF (resina uréia-formol para painel de fibra de madeira de média densidade);
- (c) Os estoques de almoxarifado são compostos principalmente por materiais de proteção e segurança (EPI's), peças de reposições de alta rotatividade para as unidades fabris, materiais de escritório, entre outros consumíveis;
- (d) O estoque de terceiros refere-se a materiais recebidos da Duratex (metanol, ureia e melamina) pela Controlada GPC Química para prestação de serviços de beneficiamento, onde a Companhia assume os riscos e benefícios dos materiais;
- (e) Do montante provisionado como perda em estoques o valor de R\$2.631 representam perda com itens obsoletos motivados pela operação descontinuada da planta de Benfca no Rio de Janeiro – RJ, destinada à produção de metanol e dimetiléter (DME), que teve seu processo interrompido em 30 de setembro de 2013, o restante no valor de R\$187 refere-se a Apolo Tubos.

7. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
PIS/COFINS	-	-	3.236	3.248
IPI	-	-	13	13
ICMS (a)	-	-	10.274	11.334
IRPJ e CSLL	-	-	355	6
IRRF	3.825	3.687	7.123	6.750
OUTROS	30	30	2.051	2.015
	<u>3.855</u>	<u>3.717</u>	<u>23.052</u>	<u>23.366</u>
 (-) Circulante	<u>3.825</u>	<u>3.687</u>	<u>22.076</u>	<u>22.390</u>
Não circulante	<u>30</u>	<u>30</u>	<u>976</u>	<u>976</u>

(a) Na controlada GPC Química S.A. (unidade de Uberaba), o saldo credor acumulado de ICMS refere-se a insumos adquiridos fora do Estado de MG, com créditos de 12% decorrente das vendas realizadas ao cliente Duratex S.A. Com o objetivo de compensar o saldo acumulado de ICMS, durante o ano de 2012 a Companhia solicitou ao Órgão Estadual de Minas Gerais a autorização para usar os créditos acumulados na compra de novos caminhões. Em 04 de setembro de 2014 a Secretaria de Fazenda de Minas Gerais deferiu o regime especial para a compra de dois caminhões no valor de R\$ 384 como demonstrado na nota (9) e em 31 de março de 2015 o saldo acumulado desta unidade é de R\$ 821.

Existem ainda R\$846 de ICMS a recuperar referentes ao site de Benfca.

Notas Explicativas

A Controlada Apolo Tubos apresenta em seu balanço saldo de ICMS a recuperar na ordem de R\$8.607 em 31 de março de 2015.

Os demais tributos e contribuições deverão ser compensados com obrigações a pagar de mesma natureza.

8. Direitos a realizar (consolidado)

O saldo de direitos a realizar era composto como segue:

	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
Valores classificados no ativo circulante		
Créditos a receber com a União Federal (a)	2.310	2.310
Créditos a receber com a Prefeitura Municipal de Camaçari (a)	1.649	1.649
	3.959	3.959
Valores classificados no realizável a longo prazo		
Créditos a receber com a União Federal (a)	11.551	11.551
Créditos a receber – Polwax (b)	2.170	2.170
Compensados LFPP Ltda	1.652	1.651
Servatis S/A	970	970
Créditos Guaxupé (c)	43.538	42.341
Créditos MC Kinley (c)	16.641	16.189
	76.522	74.872
(-) Provisão para perdas (b)	(2.170)	(2.170)
	74.352	72.702

- (a) Os créditos a receber junto à Prefeitura Municipal de Camaçari/BA e União Federal referem-se a valores oriundos de prestação de serviços que vêm sendo cobrados judicialmente. Até 31 de março de 2015 foram recebidas quatro parcelas referentes aos créditos da União Federal , o saldo existente

Notas Explicativas

corresponde a seis parcelas de R\$ 2.310 (cinco parcelas no longo prazo). Quanto ao crédito de Camaçari, a Companhia recebeu três parcelas, uma em dezembro de 2011 no valor de R\$ 949, a segunda em janeiro de 2012 no valor de R\$ 1.240 e a última em junho de 2012 no valor de R\$ 1.564;

- (b) O valor de R\$2.170 refere-se a recebíveis da linha da Polwax. Em dezembro de 2009 foi constituída provisão para perdas deste crédito;
- (c) A Controlada GPC Química S.A., adquiriu de terceiros, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2002, créditos financeiros resultantes do “trânsito em julgado” de ações de repetição de indébito movidas pelas empresas cedentes, McKinlay S.A (“McKinlay”). e Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé (“Guaxupé”) contra a União Federal, relativos a valores indevidamente recolhidos a título da extinta quota de contribuição sobre a exportação de café, os quais foram compensados pela Companhia com tributos federais devidos. Em 31 de dezembro de 2013, os pedidos de compensação ainda encontravam-se pendentes de decisão final da Receita Federal quanto à homologação ou não das compensações realizadas, considerando os benefícios para quitação de débitos tributários instituídos pela Lei Federal 11.941/2009 (com a redação dada pela Lei Federal 12.865/2013), a Companhia decidiu incluir os débitos objeto de compensação no Programa de Recuperação Fiscal (Refis), conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16. Dessa forma, à Administração da Companhia optou por reconstituir aos seus ativos, os direitos creditórios contra a União nos montantes atualizados até 31 de dezembro de 2013, de R\$ 29.341 mil e R\$ 38.177 mil, os quais serão objeto de execução judicial através de petição apresentada nos próprios autos dos processos originários, e após o recebimento dessa petição, o Juiz federal determinará a manifestação da União Federal. Em 18 de julho de 2014 a Administração da Companhia, realizou a execução processual dos créditos oriundos de “Guaxupé”, e aguarda a orientação de seus Assessores Legais para a execução dos créditos referentes à “McKinley”, com expectativa para o 3º trimestre de 2015, de modo a resultar na expedição de precatório judicial.

A Administração da Companhia considerando a decisão judicial transitada em julgado no âmbito da Justiça Federal, consubstanciada na opinião de seus Assessores Legais, entende que, enquanto perdurar a presunção legal de liquidez e certeza quanto aos citados direitos creditórios, é a de que a probabilidade de liquidação é “praticamente certo”, nos termos do item 33, do Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e integrado às normas contábeis brasileiras pela Resolução CFC nº 1.180/2009. Portanto, nenhuma provisão para desvalorização sobre esses ativos foi constituída em 31 de março de 2015. Adicionalmente a Companhia não tem nenhum interesse em realizar qualquer tipo de negociação com terceiros interessados, visando à venda dos créditos fiscais registrados contabilmente nessas demonstrações contábeis.

Em setembro de 2014 a Secretaria da Receita Federal reconheceu o direito da GPC Química referente a parte dos créditos adquiridos da MC Kinley, homologando as compensações de diversos débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. O valor corrigido foi de R\$10.156 onde R\$ 9.053 foram utilizados para abater os débitos que haviam entrado no Refis e o saldo de R\$1.103, foi

Notas Explicativas

transferido para conta de Impostos a recuperar. Em novembro de 2014 foi revertido o valor de R\$ 4.497 referente a correção feita a maior.

Conforme mencionado na nota explicativa nº16 os débitos objetos da compensação foram excluídos do Refis IV (reabertura).

9. Bens destinados a venda

Conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial, aprovado em dezembro de 2013, o resultado da venda do terreno localizado na Av. Brasil, 3.666 Bairro Benfica, Rio de Janeiro – RJ, registrado no montante de R\$205.485, apresentado como bens destinados a venda, será revertido para pagamento dos credores constantes no citado plano de recuperação.

Adicionalmente contemplam esse “grupamento” os caminhões de Uberaba adquiridos com créditos de ICMS e que serão repassados às transportadoras prestadoras de serviços, cujo, valor líquido de R\$ 655.

Em dezembro de 2014 foi alienado por R\$ 11.265 o terreno localizado em Gravataí, conforme contrato de compra e venda assinado em 15 de outubro de 2014 o qual possuía valor de custo de R\$ 2.090. A alienação foi autorizada pelo juízo da sétima vara empresarial da comarca do Rio de Janeiro em dezembro de 2014. No 1º trimestre de 2015 o valor da venda foi corrigido e passou para R\$ 11.623, dos quais foram recebidos R\$ 10.973 em março de 2015, restando R\$ 650 que serão recebidos no mês de abril de 2015.

COMPOSIÇÃO DOS BENS DESTINADOS A VENDA				
	Rio de Janeiro - RJ	Gravataí - RS	Uberaba - MG	Total
Saldo final em 31/12/2013	205.485	2.090	1.683	209.258
(-) Venda de um caminhão	-	-	(305)	(305)
(+) Compra de 2 Caminhões			384	384
(-) Renegociação Fretes	-	-	(1.107)	(1.107)
(+) Gastos com Venda terreno Benfica	258	-	-	258
(-) Venda terreno Gravataí	-	(2.090)		(2.090)
Saldo final em 31/12/2014	205.743	-	655	206.398
(-) Renegociação Fretes	-	-	(87)	(87)
(+) Gastos com Venda terreno Benfica	9	-	-	9
Saldo final em 31/03/2015	205.752	-	568	206.320

Notas Explicativas

10. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Participações em empresas controladas	56.775	57.511	-	-
Participações em empresas coligadas				
Apolo Com. Import. e Exportação Ltda	-	-	493	489
Metanor - Metanol do Nordeste	-	-	23.430	24.423
Copenor - Cia Petroquímica do Nordeste	-	-	186	190
Apolo Tubular's	-	-	93.631	89.327
	56.775	57.511	117.740	114.429

(a) As Demonstrações contábeis intermediárias referentes ao Período findo de 31 de março de 2015 da Metanor, Copenor e Apolo Tubular's, foram examinadas por outros auditores independentes.

a) Mutações nos investimentos durante o período

	2015				
	Apolo Tubos e Equipamentos S/A	GPC Química S.A.	Metanor S.A. Metanol do Nordeste	Companhia Petroquímica do Nordeste	Total
Saldo em 31/12/2014	-	45.685	11.820	7	57.511
Equivalência patrimonial (Resultado)	(2.141)	(111)	(625)	-	(2.877)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-
Passivo a descoberto Apolo Tubos (*)	2.141	-	-	-	2.141
Saldo em 31/03/2015	-	45.574	11.195	7	56.775

b) Informações sobre as principais empresas controladas e coligadas em 31 de março de 2015

	Apolo Tubos e Equipamentos S.A.	GPC Química S.A.	Metanor S.A. & Copenor Cia. Petr. Nordeste
Quantidade de ações/quotas detidas (em milhares)			
Ações ordinárias	38.394	1.705.891	48.884
Ações preferenciais	-	-	84.968
Capital social	27.974	55.261	67.425
Patrimônio líquido	(4.274)	50.238	51.655
Prejuízo do período	(3.808)	(122)	(2.197)
Percentual de participação (%)	56,21	90,72	28,44
Resultado de equivalência patrimonial do período	(2.141)	(111)	(625)

Notas Explicativas

b.1 Informações sobre investimentos em controlada - GPC Química S.A.

A GPC Química S.A tem como objetivo principal a industrialização e comercialização de resinas termofixas para a indústria de painéis de madeira reconstituída (compensado, MDP, MDF e OSB) e a fabricação de formol.

A Companhia possui uma unidade industrial situada no Rio de Janeiro/RJ destinada à produção de metanol e de dimetiléter (DME). Em virtude da inexistência de uma política de gás natural, principal matéria-prima para produção do metanol, e pelos constantes aumentos de preço, obrigando a empresa a operar com margens cada vez menores, a Companhia, em setembro de 2013, decidiu pela descontinuidade da produção própria de metanol, passando a utilizar exclusivamente o metanol adquirido de terceiros, interrompendo a operação na unidade de Benfica. Adicionalmente, possui três plantas para a produção de resinas termofixas, sendo duas em operação, estrategicamente localizadas em Araucária/PR e Uberaba/MG, e a terceira situada em Gravataí/RS em processo de desmobilização para posterior transferência para o site de Araucária tendo em vista a crescente demanda nesta região. Na unidade de Araucária/PR são produzidas, também, resinas alquídicas, insumo básico para indústria de tintas.

b.2 Informações sobre investimentos em controlada - Apolo Tubos e Equipamentos S.A.

A controlada que tem por objetivo a exploração da indústria do aço em todas as suas modalidades, em especial a fabricação de tubos para os mercados de construção civil e automobilístico, além de participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. Sua unidade fabril está localizada na Pavuna - Rio de Janeiro e sua controlada Apolo Tubulars S.A. em Lorena - São Paulo. As duas plantas possuem uma capacidade instalada de produção de 200.000 toneladas/ano.

Em novembro de 2006, a Apolo Tubos e Equipamentos S.A., vendeu parte de sua participação acionária na Apolo Mecânica e Estruturas Ltda. para a US Steel Corporation. Apolo Mecânica passou a se chamar Apolo Tubulars S.A.

Os recursos aportados pela US Steel Corporation foram utilizados na aquisição de novos equipamentos, no aprimoramento e na adequação em geral da unidade industrial, melhorando, em consequência, sua capacidade de produzir tubos soldados destinados à produção, exploração e condução de petróleo e gás.

A “Joint Venture” constituída é uma decorrência natural do sucesso da aliança comercial estratégica firmada entre Apolo e US Steel Corporation para o fornecimento de tubos ao mercado norte-americano. Com os novos investimentos a Apolo Tubulars fica integralmente capacitada a participar do crescente mercado de fornecimento de tubos à indústria de petróleo e gás, especialmente no Brasil e na América do Sul. Além disso,

Notas Explicativas

o acesso da Empresa ao mercado norte-americano continua via a aliança, que permanece em vigor assegurando à US Steel Corporation direitos exclusivos de comercialização dos produtos da Apolo Tubulars na América do Norte.

O principal cliente da Companhia é a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (concentrando aproximadamente 77% de suas operações em relação ao faturamento total), que são realizadas por meio de contrato.

Em 31 de março de 2015 a Apolo Tubulars, mantém registrado o montante de R\$ 14.853, relativos a prejuízos fiscais do imposto de renda e base negativa de contribuição social não utilizados. O estudo que demonstra a disponibilidade de lucros tributáveis nos próximos exercícios, considera a obtenção de receitas de novos contratos, bem como a renovação dos contratos com a Petrobrás S.A..

Adicionalmente a Apolo Tubulars mantém registrado em 31 de março de 2015, “Prêmio de Opções” flexível protegido por SWAP, contratado com a finalidade de eliminação de riscos, no montante de R\$14.449 , atualizado por 100 % do CDI.

b.3 - Informações sobre investimentos em coligada – Metanor e Copenor

Metanor S.A. - Metanol do Nordeste (“Metanor”) – sociedade anônima de capital aberto, com sede em Camaçari/BA, foi fundada em 1969 e em 1976 iniciou produção de metanol nesta localidade. A Metanor é controlada de forma compartilhada pela Petrobras e a Companhia, ambas com metade das ações ordinárias, atualmente atua apenas como empresa holding.

Copenor - Companhia Petroquímica do Nordeste – sociedade anônima de capital fechado, com sede em Camaçari/BA, controlada pela Metanor, foi estabelecida em 1979 e atua na produção de metanol e seus derivados, especialmente, formaldeído e hexametilenotetramina.

Notas Explicativas

11. Imobilizado

Descrição	Taxa anual de depreciação %	Controladora		Consolidado	
		31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Terrenos		-	-	6.761	6.761
Imóveis	2 a 8	290	290	26.403	26.399
Máquinas/instalações industriais	5 a 10	-	-	174.138	173.691
Móveis e utensílios	10	189	189	2.908	2.904
Veículos	20	-	-	1.015	850
Computadores e periféricos	20	83	83	4.238	4.233
Imobilizações em andamento	-	-	-	9.562	8.821
Outros	-	-	-	765	754
		562	562	225.790	224.413
Depreciação acumulada		(308)	(297)	(68.099)	(66.026)
		254	265	157.691	158.387

CONTROLADORA				
Custo do Imobilizado bruto	Edificações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Computação	Total
Saldo em 31/12/2014	290	189	83	562
Saldo em 31/03/2015	290	189	83	562
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável	Edificações e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Equipamentos de Computação	Total
Saldo em 31/12/2014	(94)	(137)	(66)	(297)
Depreciação no Trimestre	(7)	(3)	(1)	(11)
Saldo em 31/03/2015	(101)	(140)	(67)	(308)
Valor Líquido				
Em 31 de março 2015	189	49	16	254
Em 31 de dezembro 2014	196	52	17	265

Notas Explicativas

CONSOLIDADO									
<u>Custo do Imobilizado bruto</u>	<u>Edificações e Benfeitorias</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de Computação</u>	<u>Outros</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Obras em Andamento (*)</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2014	26.399	173.691	2.904	850	4.233	754	6.761	8.821	224.413
Aquisições	4	490	4	165	5	13	-	739	1.420
Baixas	-	(43)	-	-	-	-	-	-	(43)
Transferências (a)	-	-	-	-	-	(2)	-	2	-
Saldo em 31/03/2015	26.403	174.138	2.908	1.015	4.238	765	6.761	9.562	225.790
<u>Depreciação e perda por redução ao valor recuperável</u>	<u>Edificações e Benfeitorias</u>	<u>Máquinas e Equipamentos</u>	<u>Móveis e Utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de Computação</u>	<u>Outros</u>	<u>Terrenos</u>	<u>Obras em Andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2014	(6.119)	(52.436)	(2.568)	(709)	(3.849)	(345)	-	-	(66.026)
Depreciação no trimestre	(266)	(1.655)	(12)	(17)	(41)	(1)	-	-	(1.992)
Juros s/obras em andamento	-	(81)	-	-	-	-	-	-	(81)
Saldo em 31/03/2015	(6.385)	(54.172)	(2.580)	(726)	(3.890)	(346)	-	-	(68.099)
Valor Líquido									
Em 31 de março 2015	20.018	119.966	328	289	348	419	6.761	9.562	157.691
Em 31 de dezembro 2014	20.280	121.255	336	141	384	409	6.761	8.821	158.387

(a) A GPC Química e a Apolo Tubos realizaram a análise dos indicativos de *impairment* estabelecidos pelo CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, quando eles ocorrem ou pelo menos anualmente.

Em virtude da inexistência de uma política de gás natural, principal matéria-prima para produção do metanol, e pelos constantes aumentos de preço, obrigando a empresa a operar com margens cada vez menores, a Companhia, em setembro de 2013, decidiu pela descontinuidade da produção própria de metanol, passando a utilizar exclusivamente o metanol adquirido de terceiros, interrompendo a operação na unidade de Benfica. Em 31 de dezembro de 2013 a companhia registrou o valor de R\$ 123.033, líquido de depreciação no valor de R\$62.990, como provisão para operação descontinuada.

Notas Explicativas

12. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Ágio oriundo de reestruturação societária	-	-	30.121	30.121
Marcas e patentes	-	-	259	259
Licença de uso de tecnologia	-	-	948	948
Outros	1	1	238	238
Amortização acumulada	-	-	(30.740)	(30.738)
	-	-		
	1	1	826	828

A partir de 2009 o referido ágio oriundo da reestruturação societária da Apolo Tubos e GPC Química, feita em 2000, encontra-se totalmente amortizado.

Em 31 de dezembro de 2013 a companhia registrou o valor de R\$ 1.546 como provisão para operação descontinuada, conforme mencionado na Nota explicativa nº 11.

13. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Fornecedores Nacionais	373	371	58.541	58.669
Fornecedores Estrangeiros	-	-	5.751	5.931
	373	371	64.292	64.600

Em 31 de março de 2015 os principais fornecedores nacionais são: Araucária Nitrogenados S.A.(R\$7.783); Heringer S.A.(R\$4.654); Unifertil S.A.(R\$2.986); Haztec S.A. (R\$2.854), Rhodia Polia (R\$860), Adubos Trevo (R\$1.269); Methanex (R\$3.047) na GPC Química ,Lansa (R\$12.469) na Apolo Tubos.

Notas Explicativas**14. Empréstimos e financiamentos**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Em moeda nacional - são indexados pela TR + 3% a.a. em função da recuperação Judicial. (Concursais)	36.026	35.674	174.013	172.925
Em moeda nacional - são indexados pela CDI + Juros que variam entre 3% a 6,17% a.a. (Extraconcursais)	-	-	21.903	17.071
Empréstimos em moeda estrangeira - estão indexados pela variação cambial.	28.872	23.906	34.997	29.971
Empréstimos em moeda estrangeira - estão indexados pela variação cambial mais juros que variam de 7,30% a 13% a.a. (Extraconcursais)	-	-	4.890	5.816
	64.898	59.580	235.803	225.783
Circulante	64.273	58.580	191.647	174.670
Não Circulante	625	1.000	44.156	51.113

Algumas instituições financeiras relacionadas no Plano de Recuperação Judicial apresentaram saldos divergentes dos registrados contabilmente pela Companhia, à equalização dessas diferenças se dará no decorrer do processo da Recuperação Judicial.

Empréstimos em Moeda Nacional (Concursais e Extraconcursais)

Em função da aprovação do Plano de recuperação Judicial mencionado, os empréstimos em moeda nacional dos credores concursais passaram a ser corrigidos pela TR + 3% a.a. Os demais empréstimos em moeda nacional extraconcursais são corrigidos pela CDI + juros que variam entre 3% a 6,17% a.a.

O endividamento dos credores relacionados no Plano de Recuperação Judicial será quitado com a venda do terreno localizado em Benfica-RJ, de acordo com os critérios definidos no plano.

Em 31 de março de 2015, o saldo consolidado em moeda nacional por instituição financeira estava composto conforme a seguir:

Notas Explicativas

Em moeda Nacional (Concursais)	31/03/2015	31/12/2014
Banco Prosper - CCB's	36.026	35.674
Banco Bic Banco	2.822	3.020
Banco Cruzeiro do Sul	2.486	2.462
Blackwood Miruna Fundo de Investimentos	7.405	7.333
Banco Safra	1.434	1.433
Banco Santander	42.816	42.399
Banco Panamericano	4.749	4.948
Banco Banrisul	14.513	14.374
Caixa Economica Federal	12.892	12.767
Banco Daycoval	1.730	1.796
Banco Fibra	10.779	10.674
Banco Indusval	2.441	2.418
Banco BBM	4.584	4.777
Banco Intercape	600	594
Banco HSBC	20.794	20.591
Redasset Factoring	403	399
Outros	7.538	7.266
Total	174.013	172.925

Em moeda Nacional (Extraconcursais)	31/03/2015	31/12/2014
Banco Bic Banco	2.542	2.818
Banco Daycoval	885	949
Banco Panamericano	2.868	3.158
Banco BBM	2.367	2.618
BSPAR	927	973
Banco Safra	1.462	1.503
Redasset Factoring	1.100	1.342
Athena Banco	2.000	2.200
Grupo Sifra	1.390	1.000
Grupo Valor	501	511
Lecca	2.297	-
LS Interbank	1.427	-
Opus	2.022	-
BTG Pactual	115	-
Total	21.903	17.071

Empréstimos em Moeda Estrangeira

Em 31 de março de 2015, o saldo em moeda estrangeira consolidado por instituição financeira estava composto como a seguir:

Notas Explicativas

Estrangeira (Concursais)	31/03/2015	31/12/2014
Banco HSBC - Finimp	6.125	6.065
IFC	28.872	23.906
Banco Itaú		
Total	34.997	29.971

Estrangeira (Extraconcursais)	31/03/2015	31/12/2014
Banco do Brasil (ACC)	3.416	3.638
Banco Cargil S/A	1.474	2.178
Total	4.890	5.816

ACC

Em 28 de fevereiro de 2012 a Controlada Apolo Tubos celebrou contratos de ACC no valor de US\$ 3.500 com o Banco do Brasil indexado pela variação cambial mais 13% ao ano originalmente com vencimentos em 26 de março de 2013. Este contrato vem sendo renovado periodicamente e o saldo em 31 de março de 2015 era de US\$ 1.065. Em abril de 2012, a Companhia celebrou ACC no valor de US\$ 3.000 com o Banco Cargill, sujeito à variação cambial mais 7,30% ao ano com vencimento em maio de 2015 e cujo saldo em 31 de março de 2015 era de US\$ 459.

FINIMP

Em agosto de 2012, a Companhia obteve com o HSBC Bank Brasil S.A. linha de crédito na modalidade de financiamento de importações – FINIMP, no valor de R\$ 4.048. Esses recursos foram totalmente tomados e utilizados para quitação de financiamentos de importações, alongando o prazo destas operações em até 180 dias e reduzindo o custo financeiro.

Este empréstimo será quitado com a venda do terreno localizado em Benfica-RJ, de acordo com os critérios definidos no Plano de Recuperação Judicial.

International Finance Corporation (“IFC”)

A Companhia e suas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. contrataram, em agosto de 2001, empréstimo com o IFC no valor de US\$ 35 milhões, sendo US\$ 9 milhões destinados à Companhia, US\$ 8 milhões à Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e US\$ 18 milhões à GPC Química S.A. Em 31 de março de 2015 a dívida contra o IFC, corresponde tão somente a contratada pela Controladora.

Para a operação, parte dos acionistas controladores da Companhia e a GPC Química S.A. são garantidores como devedores solidários, tendo ainda como garantia, as

Notas Explicativas

instalações industriais da unidade de metanol da GPC Química S.A., localizada em Benfica, Rio de Janeiro/RJ.

Este empréstimo será quitado com a venda do terreno localizado em Benfica-RJ, de acordo com os critérios definidos no Plano de Recuperação Judicial.

Em 31 de março de 2015, o saldo do financiamento com o IFC estava composto como segue:

Saldo em 31/12/2014	23.906
Variação cambial	4.966
Saldo em 31/03/2015	28.872

15. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas vêm discutindo judicialmente a legalidade de alguns tributos e reclamações trabalhistas, bem como o direito de se creditar/recuperar impostos. A perda estimada, referente aos processos trabalhistas, foi provisionada com base em opiniões de seus assessores jurídicos, para os casos em que as chances de êxito são consideradas remotas.

Estão registradas nesta conta, também, as compensações efetuadas com créditos de IPI alíquota zero e ICMS extemporâneo sobre exportações.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos internos e externos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Controladora			Consolidado			
	31/12/2014	Adições	31/03/2015	31/12/2014	Adições	Utilização	31/03/2015
Trabalhista e Previdenciário	-	-	-	2.573	-	-	2.573
IPI	-	-	-	849	23	(8)	864
Pis	781	-	781	7.808	149	-	7.957
Cofins	3.599	-	3.599	35.981	682	-	36.663
Outros	55	-	55	3.524	-	-	3.524
	4.435	-	4.435	50.735	854	(8)	51.581

Depósitos judiciais

Apresentação de depósitos judiciais: Uma entidade não deve apresentar ativos, passivos, receitas e despesas líquidas a menos que requerido ou permitido pela legislação. O entendimento do pronunciamento é que o depósito judicial não atende o critério de apresentação líquida. A apresentação líquida, tanto no

Notas Explicativas

balanço patrimonial quanto na demonstração do resultado, exceto quando a apresentação líquida reflete a substância da transação ou outro evento, reduz a capacidade dos usuários das Demonstrações contábeis de entender as transações, outros eventos e as condições em que ocorreram e de estimar o fluxo de caixa futuro da entidade. Portanto, os depósitos judiciais foram reclassificados para o grupo de ativo não circulante.

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	Adições	31/03/2015
Trabalhistas e Previdenciários	74	74	1.416	33	1.449
Pis	782	782	7.891	158	8.049
Cofins	3.601	3.601	36.345	729	37.074
Outros	-	-	4.927	-	4.927
Ativo não circulante	4.457	4.457	50.579	920	51.499

Natureza dos casos

Processos trabalhistas e Previdenciários

Os processos trabalhistas são relativos principalmente a questões pleiteadas por empregados, versando sobre verbas de cunho salarial, tais como horas extras e outras. Em 31 de março de 2015 possui o montante de R\$ 2.223 (consolidado) de casos considerados possíveis de perda, para os quais não foi constituída provisão para contingência.

Processos tributários

Os processos tributários são relativos principalmente a questionamentos de ICMS e tributos federais. Em 31 de março de 2015 existiam, ainda, R\$12.819 (consolidado) de casos considerados possíveis de perdas, para os quais não foi constituída provisão para contingência.

As principais provisões para contingências fiscais referem-se basicamente à compensação no período de 2003, com base em liminar, de tributos federais (IPI, PIS e COFINS) com a utilização de créditos de IPI nas aquisições de matérias-primas tributadas à alíquota zero, acrescido de juros SELIC.

A Companhia recebeu Juros sobre Capital Próprio de sua controlada Prosint Química (antecessora da Controlada GPC Química) nos anos de 2004 a 2007, das controladas GPC Química em 2008 e Apolo Tubos no ano de 2010. Seguindo orientação de seus consultores jurídicos, a Companhia não recolheu PIS e COFINS sobre o JSCP, optando por efetuar depósito judicial no montante total até 31 de março de 2015 da obrigação legal de R\$ 4.383, como provisão para esta contingência.

Notas Explicativas

As controladas GPC Química e Apolo Tubos questionam através de processo judicial, desde o exercício de 2007, o ICMS incluído na base de cálculo do Pis e da Cofins, cujos valores mensais são depositados judicialmente e provisionados com montante de R\$ 40.741 até 31 de março de 2015.

15.1 – Passivos contingentes – Perda possível

Natureza	Consolidado
	Perda Possível
Trabalhista	8.935
Cível	18.786
Tributária	53.465
	81.186

Trabalhista e Previdenciários: As ações trabalhistas e previdenciárias da Companhia e de suas Controladas referem-se a temas comumente alegados no segmento, tais como aviso prévio, décimo terceiro e diferença de férias entre outros. Na opinião da Companhia, nenhuma das reclamationes trabalhistas é individualmente relevantes.

Tributária: As ações tributárias da Companhia e de suas Controladas referem-se a alto de infração exigindo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente ao ano calendário 2010 e 2011 e cobrança de créditos tributários de IRPJ, PIS e COFINS, IPI e ICMS.

Cível: As ações cíveis da Companhia e de suas Controladas referem-se a ação de procedimento ordinário objetivando e execução de multa por descumprimento contratual.

Notas Explicativas**16. Impostos e taxas a recolher****Impostos parcelados**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
Impostos parcelados				
INSS	130	128	130	128
Total de Parcelamentos Ordinários Federais	130	128	130	128
ICMS - Parcelamento Ordinário Estadual (a)	-	-	38.584	37.722
REFIS (c)	-	-	28.038	28.035
REFIS IV (b)	1.093	1.069	71.144	70.296
REFIS da COPA (d)	811	795	64.896	64.315
Outros	-	-	443	449
	2.034	1.992	203.235	200.945
Circulante (e)	305	243	29.486	26.124
Não Circulante	1.729	1.749	173.748	174.821

(a) Os débitos de ICMS junto à Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro das controladas GPC Química e Apolo Tubos, foram objetos de parcelamento previsto no Decreto Estadual /RJ 44.78 cujo saldo em dez/14 montam R\$28.584 e 3.155, respectivamente. O programa do Estado inclui dívidas de ICMS inscritas até 31/12/2013 e os pagamentos podem ser feitos até 120 parcelas. O parcelamento referente a unidade de Araucária/PR (GPC Química) no valor de R\$ 6.220 e cujo saldo em 31 de março de 2015 é de R\$ 5.878, foi renegociado conforme previsto na Lei 18.157/2014, sendo o débito parcelado em 84 parcelas.

(b) Conforme mencionado na Nota 8 a Receita Federal homologou a compensação de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS com parte do crédito cedido pela empresa MC Kinley, reduzindo o seu passivo.

Notas Explicativas

	<u>GPC Participações</u>	<u>GPC Química S.A.</u>	<u>Apolo Tubos S.A.</u>	<u>Total</u>
Débito incluídos conf. Lei 11.941/09 (reabertura)	-	59.514	3.752	63.266
Previsão de utilização de prejuízo fiscal	-	-	2.212	2.212
(-) Pagamento das parcelas Dez/2013	-	-	(21)	(21)
Saldo em 31/12/2013	-	59.514	5.943	65.457
Débito incluídos conf. Lei 11.941/09 (reabertura)	1.039	-	-	1.039
(+) Atualização selic ano 2014	47	6.146	378	6.571
(-) Pagamento das parcelas ano 2014	(35)	(4.520)	(262)	(4.817)
(+) Diferença entre as parcelas do mês x pagas	18	2.027	-	2.045
Saldo em 31/12/2014	1.069	63.168	6.059	70.296
(+) Atualização selic ano 2015	25	1.669	94	1.787
(-) Pagamento das parcelas ano 2015	(5)	(664)	(70)	(739)
(+) Diferença entre as parcelas do mês x pagas	4	(204)	-	(200)
Saldo em 31/03/2015	1.093	63.968	6.083	71.144

- (c) As consolidações dos parcelamentos das controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. foram homologados respectivamente em maio e junho de 2011 pela Secretaria da Receita Federal com aproveitamento de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para amortização do saldo devedor. As modalidades incluídas no parcelamento do Refis são basicamente a consolidação de saldos remanescentes de programas Refis, Paes e Paex anteriores e parcelamentos ordinários e dívidas não parceladas anteriormente, ambos no âmbito da Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Segue composição do saldo em 31 de março de 2015:

	<u>GPC Química S.A.</u>	<u>Apolo Tubos S.A.</u>	<u>Total</u>
Débito consolidado conf. Lei 11.941/09	38.673	32.158	70.831
Juros até a consolidação em Jun/11	2.105	3.274	5.379
(-) Utilização de Prejuízo Fiscal (25% de R\$ 65.968)	(16.492)	(12.302)	(28.794)
(-) Utilização de Base Negativa (9% de R\$ 13.810)	(1.243)	-	(1.243)
(+) Atualização selic de Jul/11 a Dez/11	659	1.025	1.684
(-) Antecipações pagas	(7.957)	(72)	(8.029)
(-) Pagamento das parcelas de Jun/11 a Dez/11	(3.324)	(1.166)	(4.490)
Saldo em 31/12/2011	12.421	22.917	35.338
(+) Atualização selic ano 2012	730	1.552	2.282
(-) Pagamento das parcelas ano 2012	(4.755)	(1.871)	(6.626)
Saldo em 31/12/2012	8.396	22.598	30.994
(+) Atualização selic de Jan/13 a Dez/13	359	1.275	1.634
(-) Pagamento das parcelas de Jan/13 a Dez/13	(2.663)	(1.981)	(4.644)
Saldo em 31/12/2013	6.092	21.892	27.984
(+) Atualização selic de Jan/14 a Dez/14	616	1.551	2.167
(-) Pagamento das parcelas de Jan/14 a Dez/14	-	(2.116)	(2.116)
Saldo em 31/12/2014	6.708	21.327	28.035
(+) Atualização selic de Jan/15 a Mar/15	169	403	572
(-) Pagamento das parcelas de Jan/14 a Dez/14	-	(569)	(569)
Saldo em 31/03/2015	6.877	21.161	28.038

- (d) Em agosto de 2014 a Companhia e suas Controladas GPC Química e Apolo Tubos aderiram ao parcelamento previsto pela Lei 12.996/14, incluindo suas dívidas com tributos federais vencidos até 31/12/2013 e cujo parcelamento, será pago em 180 parcelas.

Segue composição do saldo em 31 de março de 2015:

Notas Explicativas

	<u>GPC Participações</u>	<u>GPC Química S.A.</u>	<u>Apolo Tubos S.A.</u>	<u>Total</u>
Débito incluídos conf. Lei 12.996/14 (Refis da Copa)	783	57.124	4.400	62.307
Previsão de utilização de prejuízo fiscal	-	-	858	858
(+) Atualização selic ano 2014	29	2.038	193	2.260
(-) Pagamento das parcelas ano 2014	(22)	(1.241)	(156)	(1.419)
(+) Diferença entre as parcelas do mês x pagas	5	304	-	309
Saldo em 31/12/2014	<u>795</u>	<u>58.225</u>	<u>5.295</u>	<u>64.315</u>
(+) Atualização selic ano 2015	27	1.572	116	1.715
(-) Pagamento das parcelas ano 2015	(7)	(797)	(77)	(882)
(+) Diferença entre as parcelas do mês x pagas	(4)	(249)	-	(253)
Saldo em 31/03/2015	<u>811</u>	<u>58.751</u>	<u>5.334</u>	<u>64.896</u>

- (e) Os valores de R\$29.486 em 31 de março de 2015 e R\$26.124 em 31 de dezembro de 2014 são referentes à parcela de curto prazo encontram-se classificados no passivo circulante, na rubrica “Impostos e taxas a recolher”.

Impostos correntes e não parcelados

Conforme mencionado no item (d), os débitos vencidos até 31/12/2013 foram incluídos no Refis disciplinado pela Lei 12.996/14. Os tributos vencidos no período de Jan/14 a Mar/15 da controlada GPC Química S/A, são compostos conforme abaixo:

	<u>31/03/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
COFINS	4.860	3.573
INSS	5.662	4.794
IPI	17.632	13.330
PIS	1.055	776
IRPJ/CSLL	383	
OUTROS	28	66
	<u>29.619</u>	<u>22.539</u>

Notas Explicativas

17. Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos

17.1. Créditos tributários diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferida ativa têm a seguinte origem:

	31/03/2015	31/12/2014
Prejuízos fiscais a compensar	240.053	233.693
Outras Provisões	4.437	-
Parcela não constituída	(70.737)	(64.556)
Base de cálculo	173.753	169.137
Alíquota	25%	25%
Crédito tributário - imposto de renda (1)	43.439	42.285
Base negativa de contribuição social	292.301	285.941
Outras Provisões	4.437	-
Parcela não constituída	(70.971)	(64.556)
Base de cálculo	225.767	221.385
Alíquota	9%	9%
Crédito tributário - contribuição social (2)	20.318	19.924
Total dos créditos tributários (1) + (2)	63.757	62.209

Os valores representam créditos tributários diferidos oriundos de resultados fiscais negativos acumulados (prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social) e diferenças temporárias. As controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A., fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros e determinada em estudo técnico aprovado pelo Conselho de Administração, reconheceram os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A controlada GPC Química S.A. conforme aprovado pela Secretaria da Receita Federal utilizou parte do seu prejuízo fiscal - R\$65.968 e base negativa de contribuição social - R\$13.810 para amortizar o parcelamento do Refis consolidado em Junho de 2011. Desta forma, a Administração da controlada com base no estudo econômico anteriormente aprovado revisou os impostos diferidos ativos com base no prejuízo fiscal e base negativa ajustados e registrou a parcela não constituída no montante de R\$28 milhões.

Tendo em vista o pedido de Recuperação Judicial da Companhia, ocorrido em 9 de abril de 2013 e o seu deferimento, ocorrido em 27 de maio de 2013, o aproveitamento dos créditos tributários diferidos será reavaliado sob as premissas a serem adotadas pelo Plano de Recuperação Judicial.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2015 os saldos acumulados de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social a compensar são formados como demonstrado abaixo:

Consolidado		
Ano	Imposto de Renda	Contribuição Social
Até 2010	40.052	92.299
2011	24.117	24.117
2012	56.997	56.997
2013	87.399	87.399
2014	25.128	25.129
2015	6.360	6.360
	240.053	292.301

Segue abaixo expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos a partir do ano de 2015.

Realização do Prej. Fiscal e Base Negativa	
2015	29.786
2016	1.011
2017	2.557
2018	3.665
2019	3.689
2020	3.573
Após 2020	19.476
	63.757

A Companhia recentemente aderiu ao Refis e utilizará parte destes créditos para amortizar a dívida existente junto à Receita Federal.

Notas Explicativas

17.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos no período.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Contribuição social:				
Corrente	-	-	(25)	-
Diferida	447	(67)	411	(149)
	<u>447</u>	<u>(67)</u>	<u>386</u>	<u>(149)</u>
Imposto de renda:				
Corrente	-	-	(62)	-
Diferido	1.242	(186)	1.140	(414)
	<u>1.242</u>	<u>(186)</u>	<u>1.078</u>	<u>(414)</u>

Apresentamos, a seguir, a conciliação da alíquota efetiva aplicada na apuração do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, no período:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participação	(8.729)	(3.170)	(10.184)	(4.443)
Alíquotas oficiais	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Encargos sobre:				
Alíquotas oficiais	2.968	1.078	3.463	1.511
Equivalência patrimonial	(978)	(929)	1.126	(103)
Reversão de provisões	-	-	(264)	(308)
Ganho (perda) Variação Cambial	(1.689)	252	(1.540)	211
Outros ajustes	-	(5)	(409)	(706)
Constituição (reversão) sobre créditos tributários	<u>1.388</u>	<u>(650)</u>	<u>(912)</u>	<u>(1.167)</u>
Resultado no período	<u>1.689</u>	<u>(253)</u>	<u>1.464</u>	<u>(563)</u>

17.3. Impostos diferidos passivos

O Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro trata, entre outros aspectos, da contabilização dos efeitos fiscais atuais e futuros da recuperação do valor contábil dos ativos reconhecidos no balanço patrimonial da entidade. Assim, uma vez efetuada a revisão da vida útil de ativos, ou atribuído novo valor de custo a itens do imobilizado, é necessária a mensuração e a contabilização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos ou passivos para refletir os referidos efeitos fiscais que a entidade espera, na data de emissão das informações, recuperar ou liquidar em relação às diferenças temporárias desses ativos. Ou seja,

Notas Explicativas

qualquer diferença entre a base fiscal e o montante escriturado do ativo (diferença temporária) deve dar origem a imposto de renda e contribuição social diferidos ativos ou passivos.

Os impostos diferidos passivos estão compostos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014
<u>Impostos diferidos passivos s/diferenças temporárias</u>				
Contribuição social				
Atualização dos ativos	-	-	28.157	28.192
Variação cambial pelo regime de caixa	-	48	(13)	(46)
	-	48	28.144	28.146
Imposto de renda				
Atualização dos ativos	-	-	78.219	78.313
Variação cambial pelo regime de caixa	-	132	(20)	(113)
	-	132	78.199	78.200
Total	-	180	106.343	106.346

17.4. Impostos diferidos líquidos

Os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos devem ser compensados, para efeito de apresentação, quando estes estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária. Desta forma a apresentação desta rubrica tem a seguinte composição:

Notas Explicativas

Na Controladora:

	Controladora	
	31/03/2015	31/12/2014
<u>1 - Impostos diferidos passivos s/diferenças temporárias</u>		
Contribuição social	-	48
Imposto de renda	-	132
Total (1)	-	180
<u>2 - Impostos diferidos ativos</u>		
Contribuição social	(399)	-
Imposto de renda	(1.109)	-
Total (2)	(1.509)	-
Impostos diferidos líquidos (1) + (2)	(1.509)	180
Impostos diferidos líquidos	(1.509)	180

No Consolidado:

	Consolidado	
	31/03/2015	31/12/2014
<u>1 - Impostos diferidos passivos s/diferenças temporárias</u>		
Contribuição social	28.144	28.146
Imposto de renda	78.199	78.200
Total (1)	106.343	106.346
<u>2 - Impostos diferidos ativos</u>		
Contribuição social	(16.876)	(19.924)
Imposto de renda	(46.882)	(42.285)
Total (2)	(63.758)	(62.209)
Impostos diferidos líquidos (1) + (2)	42.585	44.137
Impostos diferidos líquidos - Passivo Não Circulante	42.585	44.137

Notas Explicativas

17.5. Instrução Normativa No 1.397 e Lei 12.973/14 (conversão da Medida Provisória nº 627 de 2013)

Em novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 isentando de tributação a parcela dos dividendos calculados entre 1º de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013 em montante excedente aos valores apurados com base nos padrões contábeis vigentes até 31 de dezembro de 2007.

Em maio de 2014, esta medida provisória foi convertida na Lei nº 12.973, com alterações em alguns dispositivos, em especial no que se refere ao tratamento dos dividendos, dos juros sobre o capital próprio e da avaliação de investimentos pelo valor de patrimônio líquido. Diferentemente do que previa a medida provisória, a Lei nº 12.973 não impôs a opção antecipada de seus efeitos para o ano-calendário de 2014 como condição para eliminar efeitos fiscais relacionados às diferenças decorrentes da aplicação dos métodos e critérios contábeis atuais e aqueles vigentes em 31 de dezembro de 2007 para os itens acima, facultando às empresas a possibilidade de antecipação dos efeitos da norma de acordo com os interesses de cada contribuinte.

As providências da nova Lei entram em vigor a partir do exercício de 2015, entretanto é permitido que o contribuinte opte pela antecipação dos efeitos para 2014.

A Companhia, orientada pelos seus assessores legais, não optou pela adoção antecipada para o exercício de 2014 e não espera que sua adoção, em 2015, tenha efeitos relevantes em suas Demonstrações Contábeis.

18. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas levando-se em consideração os volumes praticados nas datas das operações.
As transações com partes relacionadas estavam representadas como segue:

Na controladora:

	Controladora							
	Ativo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Resultado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/03/2014
Apolo Tubos e Equipos. S/A (a)	33.350	35.195	32	32	-	-	348	309
GPC Química S/A (b)	-	-	-	-	16.798	15.873	(610)	(432)
Total	33.350	35.195	32	32	16.798	15.873	(262)	(123)

- a) Em 22 de maio de 2010 a GPC Participações celebrou contrato de mútuo com valor de até R\$ 20.000 com a controlada Apolo Tubos que deverá ser quitado até 22 de maio de 2015. Como garantia desta operação foi emitida uma Nota Promissória de R\$ 20.000 vencível contra apresentação. Também durante o ano de 2010 foi celebrado outro contrato de mútuo com valor de R\$ 9.000, nos mesmos moldes do contrato anterior e com vencimento em 21 de dezembro de 2015. O valor transferido atualizado até 31 de março de 2015 é de R\$ 33.397 (em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 33.121). Nos meses de agosto e setembro de 2011 houve

Notas Explicativas

novos aportes com contratos de mútuo, cujo valor atualizado até 31 de março de 2015 é de R\$ 2.355 (em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 2.335). Deste valor está abatido o valor de R\$ 2.402 referente ao passivo a descoberto da Apolo Tubos.

- b) Os valores de R\$ 16.798 e R\$ 15.873 em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 a pagar respectivamente correspondem a contrato de mútuo.

No consolidado:

	Consolidado									
	Ativo Circulante		Ativo não Circulante		Passivo Circulante		Passivo não Circulante		Resultado	
	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/12/2014	31/03/2015	31/03/2014
Contratos de mútuo (a)	-	-	11.390	11.390	-	-	-	-	-	-
GPC Indústria e Comércio Ltda (e)	-	-	1.659	1.736	-	-	-	-	77	2
Copenor Cia Petroquímica (c)	-	-	-	-	6.095	6.095	-	-	-	-
Senergen-Energia Renovável S/A (b)	3.342	3.342	18.240	18.240	-	-	-	-	-	-
Apolo Tubular's S/A (d)	-	-	-	-	-	-	2.250	2.230	(20)	-
Outras	-	-	-	-	-	-	435	425	(10)	-
	3.342	3.342	31.289	31.366	6.095	6.095	2.685	2.655	47	2
(-) Provisão para perdas (a)	-	-	(11.390)	(11.390)	-	-	-	-	-	-
(-) Provisão para perdas (b)	(3.342)	(3.342)	(18.240)	(18.240)	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	1.659	1.736	6.095	6.095	2.685	2.655	47	2

- (a) O valor de R\$11.390 refere-se à operação de mútuo entre a GPC Química S.A. e a Promega, o qual foi corrigido até 31 de dezembro de 2010 por taxa de juros prefixada de 12% ao ano, cuja operação é garantida por notas promissórias de emissão da devedora e caução de ativos reais. A Companhia constituiu provisão para perda em 100% do referido ativo, considerando que não tem expectativa de realização do mesmo.
- (b) Os valores do ativo circulante referem-se mútuo a receber pela GPC Química; e o valor no ativo não circulante refere-se a Adiantamento para Futuro Aumento de Capital efetuado pela GPC Química S/A na Senergen – Energia Renovável S.A no montante de R\$ 18.240 e provisão para perdas no montante de (18.240), considerando que não tem expectativa de realização do mesmo.
- (c) O valor de R\$ 6.095 em 31 de março de 2015 , R\$ 6.090 em 31 de dezembro de 2014 referem-se ao saldo a pagar a Copenor devido pela GPC Química, referente a faturas em aberto, adicionalmente o valor está compondo o saldo de fornecedores relacionados no plano de Recuperação Judicial.
- (d) O valor de R\$ 2.250 em 31 de março de 2015 e R\$ 2.230 em 31 de dezembro de 2014, referem-se ao saldo de materiais enviados pela Apolo Tubular's a sua Controlada Apolo Tubos.
- (e) O valor refere-se ao saldo em 31 de março de 2015 do contrato de mútuo celebrado entre a GPC Química e a GPC Indústria no montante de R\$ 113 e entre a Apolo Tubos e a GPC Indústria na ordem de R\$ 1.546 e são corrigidos pela variação do CDI mais 6% aa contra R\$ 111 e R\$ 1.624, em 31 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas

18.1. Remuneração do pessoal-chave

A remuneração dos diretores, conselho de administração e Conselho fiscal no 1º trimestre de 2015, que corresponde a benefícios de curto prazo foi de R\$ 61 contra R\$ 16 no mesmo trimestre de 2014.

<u>Honorários</u>	<u>Controladora</u>	
	<u>31/03/2015</u>	<u>31/03/2014</u>
Diretoria	45	-
Conselho Fiscal	16	16
	<u>61</u>	<u>16</u>

Há benefício concedido de uso de veículos aos diretores e membros do Conselho de Administração.

No 1º trimestre de 2015 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

Em 31 de março de 2015 o capital social subscrito e integralizado é de R\$210.200 (R\$ 210.200 em 31 de dezembro de 2014) e está representado por 358.849.702 ações ordinárias, sem valor nominal.

19.2. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia não distribuiu dividendos durante o trimestre findo em 31 de março de 2015.

19.3. Outros resultados abrangentes

A Companhia apresenta como ajuste de avaliação patrimonial os valores dos ajustes acumulados de conversão na adoção dos novos pronunciamentos contábeis correspondentes basicamente ao ajuste de avaliação patrimonial decorrente da adoção do custo atribuído por suas controladas para certas classes de ativo imobilizado.

Os saldos decorrentes da adoção do custo atribuído são realizados com base na depreciação dos bens do ativo imobilizado das controladas que foi objeto de ajuste.

Notas Explicativas

19.4. Resultado por ação no exercício

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636, de 06 de agosto de 2010 - Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014.

O cálculo básico do prejuízo por ação é feito através da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do prejuízo atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação :

Apuração do resultado básico por ação	31/03/2015	31/03/2014
Numerador		
Prejuízo do período atribuído aos acionistas da Companhia	(7.040)	(3.423)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	358.849.702	358.849.702
Resultado básico por ação	(0,0196)	(0,0095)

Para os trimestres findos em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014, não há diferença entre o cálculo do prejuízo por ação básica e diluída em função de instrumentos financeiros potencialmente dilutivos.

Notas Explicativas**20. Receita líquida no período**

Conforme requerido pelo CPC 26, a Companhia apresentou a demonstração do resultado pela receita líquida operacional. Segue abaixo a conciliação da receita bruta em 31 de março de 2015 e 31 de março de 2014:

	Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014
<u>Segmento de Resinas</u>		
Receita de vendas de particulados	67.701	65.437
Receita de vendas de compensados	14.960	13.961
Receita de vendas de tratamento de pisos	-	810
	82.661	80.208
 <u>Segmento de tubos de aço</u>		
Receita de vendas indústria e comércio de tubos de aço	38.919	42.517
 Outras receita de vendas de diversos produtos	5.120	3.770
 Receita bruta de vendas	126.700	126.495
 Deduções sobre vendas		
Devoluções de vendas e abatimentos	(2.052)	(1.874)
ICMS sobre vendas	(11.806)	(11.099)
PIS e COFINS sobre vendas	(10.235)	(10.101)
IPI sobre vendas	(5.564)	(5.339)
 Receita operacional líquida	97.043	98.082

Notas Explicativas

21. Despesas por natureza

Classificação por natureza	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
CPV	-	-	(79.317)	(83.457)
Custos Variáveis	-	-	(66.594)	(70.153)
Custos Fixos	-	-	(10.845)	(11.369)
Depreciação e Amortização	-	-	(1.878)	(1.935)
Despesas com vendas	-	-	(6.342)	(6.840)
Pessoal	-	-	(1.226)	(1.199)
Frete	-	-	(3.128)	(3.739)
Comissões	-	-	(864)	(994)
Outras	-	-	(1.124)	(908)
Despesas Gerais e Adm	(270)	(404)	(7.319)	(8.655)
Pessoal	(88)	(99)	(2.713)	(3.063)
Depreciação e amortização	(11)	(11)	(159)	(137)
Outras	(171)	(294)	(4.447)	(5.455)
Remuneração de capital de terceiros	(5.582)	(34)	(17.960)	(6.856)
Outras receitas e despesas	-	-	401	(953)
Total	(5.852)	(438)	(110.537)	(106.761)

Classificação por função	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Custo dos produtos vendidos	-	-	(79.317)	(83.457)
Despesas com vendas	-	-	(6.342)	(6.840)
Despesas gerais e administrativas	(270)	(404)	(7.319)	(8.654)
Resultado financeiro líquido	(5.582)	(34)	(17.960)	(6.856)
Outras receitas e despesas operacionais	-	-	401	(953)
	(5.852)	(438)	(110.537)	(106.761)

22. Resultado financeiro no período

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014	31/03/2015	31/03/2014
Despesas financeiras				
Juros	(964)	(1.127)	(7.375)	(10.727)
Variações monetárias passivas	(54)	-	(6.994)	(677)
Variações cambiais passivas (a)	(4.966)	(768)	(7.631)	(1.747)
Outros	(34)	(31)	(728)	(1.062)
	(6.018)	(1.926)	(22.728)	(14.213)
Receitas financeiras				
Juros	348	309	263	274
Variações monetárias ativas	86	72	1.743	1.722
Variações cambiais ativas (a)	-	1.511	2.282	2.744
Outros	2	-	480	2.617
	436	1.892	4.768	7.357
Resultado financeiro líquido	(5.582)	(34)	(17.960)	(6.856)

Notas Explicativas**23. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas no período**

	Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014
Credito presumido de ICMS (c)	2.418	2.652
Penalidades CCEE (multa)	(101)	(292)
Execução sentença c/fazenda - RS	-	(842)
Despesa com ociosidade (a)	(334)	(1.255)
Provisão/reversão para crédito de liquidação duvidosa	(38)	(195)
Multa sobre impostos (b)	(1.242)	(1.136)
Baixa adtos anos anteriores	(134)	-
Parcelamento dívida ativa PGFN	(17)	-
Outras Líquidas	(151)	114
	401	(954)

- (a) Corresponde basicamente de despesas com a planta de metanol da Controlada GPC Química S/A que se encontra desativada;(nota 28)
- (b) Trata-se de multa sobre débitos de impostos em atraso das Controladas GPC Química S/A e Apolo Tubos e Equipamentos S/A.:(nota 16)
- (c) A Controlada GPC Química vem se utilizando de créditos presumidos do ICMS aplicados sobre operações de importação, previstos no Regulamento do ICMS daquele Estado (Decreto nº 6.080/12, artigo 615).

Notas Explicativas**24. LAJIDA/EBITDA no período e acumulado**

É o indicador que mostra a geração econômica de caixa do negócio. Só são considerados os resultados operacionais que afetam o caixa desconsideradas as despesas e receitas operacionais como depreciações, amortizações, o resultado de equivalência patrimonial, as despesas e receitas financeiras, as outras receitas e despesas operacionais não rotineiras e, também, os impostos sobre o lucro (Imposto de Renda e Contribuição Social).

	Consolidado	
	31/03/2015	31/03/2014
Lucro líquido (Prejuízo) do trimestre antes das participações minoritárias	(8.719)	(5.006)
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.464)	563
(+) Despesas financeiras	22.728	14.213
(-) Receitas financeiras	(4.768)	(7.357)
(+) Depreciações e amortizações	2.038	2.072
LAJIDA (EBITDA) - CVM 527/12	9.815	4.485
(-) Equivalência patrimonial	(3.311)	(4.236)
<u>Outras Receitas/Despesas não recorrentes</u>		
(+) Multa sobre impostos	1.242	1.269
(+) Baixa de títulos ref ano 2014	134	-
LAJIDA (EBITDA) ajustado	7.880	1.518
LAJIDA (EBITDA)/Vendas líquidas	8,12%	1,55%

Notas Explicativas

25. Informações por segmento

A partir de 1o de janeiro de 2013, a Companhia adotou os entendimentos previstos pelos Códigos de Pronunciamento Contábeis 19 (Revisão 2) e 36 (Revisão 3) - CPCs 19 e 36, os quais alteraram as práticas de consolidação das contas patrimoniais e de resultado. A partir desta data, passaram a ser consolidados pela Companhia apenas as contas patrimoniais e de resultado das controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A., sendo as demais investidas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As informações relativas aos segmentos de atuação das investidas estão descritas nas Notas 1 e 10.

As informações dos segmentos da Companhia no período estão incluídas na tabela a seguir:

	31/03/2015					31/03/2014				
	Segmento Químico	Segmento Tubos	Outros Segmentos	Eliminação	Total Consolidado	Segmento Químico	Segmento Tubos	Outros Segmentos	Eliminação	Total Consolidado
Receita Líquida	68.192	28.851	-	-	97.043	65.718	32.364	-	-	98.082
Lucro Bruto	12.940	4.786	-	-	17.726	9.082	5.543	-	-	14.625
Depreciação e Amortização	(1.658)	(369)	(11)	-	(2.038)	(1.648)	(413)	(11)	-	(2.072)
Lucro (Prejuízo) operacional	120	(3.827)	(8.728)	2.252	(10.183)	(2.115)	(3.119)	(3.170)	3.962	(4.443)
Resultado Financeiro	(6.537)	(5.841)	(5.583)	-	(17.960)	(3.371)	(3.451)	(34)	-	(6.856)
Prejuízo antes dos impostos	120	(3.827)	(8.728)	2.252	(10.183)	(2.115)	(3.119)	(3.170)	3.962	(4.443)
IR e CS	(242)	18	1.688	-	1.464	(333)	23	(252)	-	(563)
Participações	-	-	-	1.679	1.679	-	-	-	1.583	1.583
Lucro (Prejuízo) Líquido	(122)	(3.809)	(7.040)	3.931	(7.040)	(2.449)	(3.097)	(3.423)	5.545	(3.423)
Ativo Circulante	261.232	32.539	3.977	(225)	297.523	253.440	28.765	3.586	(230)	285.561
Ativo não Circulante	322.960	161.385	96.376	(173.190)	407.531	321.926	150.243	112.620	(172.410)	412.379
Passivo Circulante	203.739	85.508	65.441	(225)	354.463	208.139	72.716	40.371	(230)	320.996
Passivo não Circulante	380.453	108.417	34.911	(173.190)	350.591	367.226	106.292	75.835	(172.410)	376.944

Notas Explicativas

26. Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

A companhia emitiu fato relevante em 29 de abril de 2014 em decorrência do despacho proferido em 29 de abril de 2014 pela Desembargadora Relatora do Agravo de Instrumento nº 0020138-95.2014.8.19.0000, em curso perante a 20ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tendo como Agravante GBI Capital e Gestão de Recursos Ltda, e como Agravada a Companhia, foi suspensa a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia designada para o dia 30 de abril de 2014.

Em razão do disposto acima, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia não foi realizada no dia 30 de abril de 2014, que dentre outros assuntos trataria da aprovação das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Informa também que, nos termos da decisão proferida em 17 de abril de 2015 pelo MM. Juízo da 7ª Vara Empresarial da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia encontra-se impossibilitada de convocar e realizar a Assembleia Geral Ordinária, que dentre outros assuntos trataria da aprovação das demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A nova data e horário para realização das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia serão oportunamente divulgados pelos meios de comunicação adequados quando devidamente autorizado pelo juízo competente.

Notas Explicativas

Composição do Conselho de Administração

Presidente:	Paulo Cesar Peixoto de Castro Palhares
Vice-Presidente:	Luiz Fernando Cirne Lima
Membro do Conselho:	Emilio Salgado Filho

Composição da Diretoria

Presidente:	Alcides Morales Filho
Diretor Vice-Presidente Corporativo e de Relações com Investidores:	Emilio Salgado Filho

Gerente de Contabilidade

George Abi-Rihan Cordeiro
Contador - CRC-BA 013312/0-3 T-RJ - CPF nº 665.172.817-20

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Com Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS (ITR)

Aos
Administradores e Acionistas da
GPC Participações S.A. (Em recuperação judicial)
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da GPC Participações S.A. – Em recuperação judicial (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional “IAS 34 - Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board (IASB)”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 4 e 14 em 31 de março de 2015 a Companhia mantinha operações com diversas instituições financeiras, relacionadas a depósitos bancários, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos. Como decorrência de nossos procedimentos de revisão, solicitamos os extratos bancários de todas as instituições financeiras com as quais a Companhia mantém relacionamento, com o objetivo de confronta-los com os saldos contábeis apresentados em 31 de março de 2015. Contudo, a Administração da Companhia não obteve sucesso no recebimento da totalidade dos extratos bancários. Além disso, para os extratos bancários obtidos, foram identificadas divergências com relação aos créditos citados na relação de credores apresentada no Plano de Recuperação Judicial, pelo fato de que tais Instituições Financeiras não concordaram com os saldos corrigidos apresentados no referido plano, uma vez que diferem da forma de correção prevista nas condições dos contratos. Em decorrência dessas divergências e pela não obtenção da totalidade dos extratos bancários, não nos foi possível, nas circunstâncias, concluir sobre a razoabilidade da totalidade dos saldos das citadas operações financeiras registradas nessas informações trimestrais de 31 de março de 2015.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 10, a Companhia mantém em 31 de março de 2015 investimento avaliado por equivalência patrimonial, no montante de R\$ 93.631 mil, na coligada Apolo Tubulars S.A., cujas demonstrações contábeis relativas ao trimestre findo naquela data, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 15 de maio de 2015, contendo ressalvas relativa a créditos correspondentes a prêmios de opções, para as quais não foram divulgadas nas notas explicativas às informações financeiras da contraparte, bem como tais operações não foram realizadas com a contratação de garantias que possam assegurar a realização de tais créditos, consequentemente, não foi possível nas circunstâncias, à avaliação sobre a capacidade de realização desse ativo, através de procedimentos adicionais de auditoria.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto quanto aos possíveis efeitos decorrentes dos assuntos mencionados no parágrafo, base para conclusão com ressalva acima, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfases

Continuidade operacional

A Companhia vem apresentando prejuízos recorrentes em suas operações, principalmente decorrentes da sua estrutura de capital e, em 31 de março de 2015, o passivo circulante da Companhia, controladora e consolidado, excede o total do ativo circulante em R\$ 61.464 mil e R\$ 56.939 mil, respectivamente. Adicionalmente, a Companhia enfrenta dificuldades na obtenção de novas linhas de financiamento. Como resultado dessa situação, apesar das ações que vinham sendo implementadas pela Administração, conforme

descrito na Nota Explicativa nº 1, em 09 de abril de 2013 a Companhia ingressou com pedido de recuperação judicial na Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro nos termos do artigo 51 e seguintes da Lei nº 11.101/05, o qual teve seu processamento deferido em 27 de maio de 2013. A Companhia apresentou em 24 de julho de 2013, o seu Plano de Recuperação Judicial, no qual contempla a estratégia da Administração da Companhia, dentre outros aspectos, sobre a viabilidade econômica do referido Plano, considerando os meios de recuperação a serem utilizados. Nos 30 dias subsequentes à publicação do Plano de Recuperação, tendo em vista a apresentação de oposição por parte de alguns credores, em 18 de outubro de 2013, foi publicado edital para convocação da Assembleia Geral de Credores da Companhia e de suas controladas GPC Química S.A. e Apolo Tubos e Equipamentos S.A., em 1º convocação no dia 05 de novembro de 2013 e em 2º convocação, para o dia 19 de novembro de 2013, para apresentação e votação do Plano de Recuperação Judicial pelos credores. Em 11 de dezembro de 2013, o Juízo da 7ª Vara Empresarial da Capital do Estado do Rio de Janeiro declarou aprovado e homologou o Plano de Recuperação Judicial e seu aditivo, apresentados de forma consolidada pela Companhia e suas controladas Apolo Tubos e Equipamentos S.A. e GPC Química S.A. ("Recuperandas") nos autos do respectivo processo judicial (processo nº 0116330-24.2013.8.19.0001, em trâmite no referido Juízo), e concedeu a Recuperação Judicial das Recuperandas, publicada em 07 de janeiro de 2014. Ainda que o Plano de Recuperação Judicial tenha sido aprovado, essas condições indicam a existência de incertezas que podem levantar dúvidas quanto à capacidade da continuidade operacional da Companhia. Consequentemente, a continuidade operacional da Companhia depende do sucesso de seu Plano de Recuperação. As informações trimestrais foram preparadas considerando que o Plano de Recuperação Judicial da Companhia será executado com êxito. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Créditos financeiros resultantes do "trânsito em julgado"

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8, a Controlada GPC Química S.A., adquiriu de terceiros, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2001 e 2002, créditos financeiros resultantes do "trânsito em julgado" de ações de repetição de indébito movidas pelas empresas cedentes, McKinlay S.A. ("McKinlay") e Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé ("Guaxupé") contra a União Federal, relativos a valores indevidamente recolhidos a título da extinta quota de contribuição sobre a exportação de café, os quais foram compensados pela Companhia com tributos federais devidos. Em 31 de dezembro de 2013, os pedidos de compensação ainda encontravam-se pendentes de decisão final da Receita Federal quanto à homologação ou não das compensações realizadas, considerando os benefícios para quitação de débitos tributários instituídos pela Lei Federal 11.941/2009 (com a redação dada pela Lei Federal 12.865/2013), a Companhia decidiu incluir os débitos objeto de compensação no Programa de Recuperação Fiscal (Refis), conforme mencionado na Nota Explicativa nº 16. Dessa forma, à Administração da Companhia optou por reconstituir aos seus ativos, os direitos creditórios contra a União nos montantes atualizados até 31 de dezembro de 2013, de R\$ 29.341 mil e R\$ 38.177 mil, os quais serão objeto de execução judicial através de petição apresentada nos próprios autos dos processos originários, e após o recebimento dessa petição, o Juiz federal determinará a manifestação da União Federal. Em 18 de julho de 2014 a Administração da Companhia, realizou a execução processual dos créditos oriundos de "Guaxupé", e em setembro de 2014 a Secretaria da Receita Federal reconheceu o direito da GPC Química referente a parte dos créditos adquiridos da "MC Kinley", homologando as compensações de diversos débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. O valor corrigido em setembro de 2014 foi de R\$10.156 onde R\$ 9.053 foram utilizados para abater os débitos que haviam entrado no refis e o saldo de R\$1.103, foi transferido para conta de Impostos a recuperar.

A Administração da Companhia, considerando a decisão judicial transitada em julgado no âmbito da Justiça Federal e consubstanciada na opinião de seus Assessores Legais, entende que, enquanto perdurar a presunção legal de liquidez e certeza quanto aos citados direitos creditórios, é a de que a probabilidade de liquidação é "praticamente certa", portanto, nenhuma provisão para desvalorização sobre esses ativos foi constituída. Os saldos atualizados dos direitos creditórios em 31 de março de 2015 referentes a McKinlay S.A., e Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé, somaram os montantes de R\$ 16.641 mil e R\$ 43.538 mil, respectivamente. Adicionalmente a Companhia não tem nenhum interesse em realizar qualquer tipo de negociação com terceiros interessados, visando à alienação dos créditos financeiros registrados contabilmente nessas informações trimestrais. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações intermediárias do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses em 31 de março de 2015, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITRs), e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Rio de Janeiro, 15 de maio de 2015.

Julian Clemente
Contador CRC 1 SP 197232/0-6 – S - RJ

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras